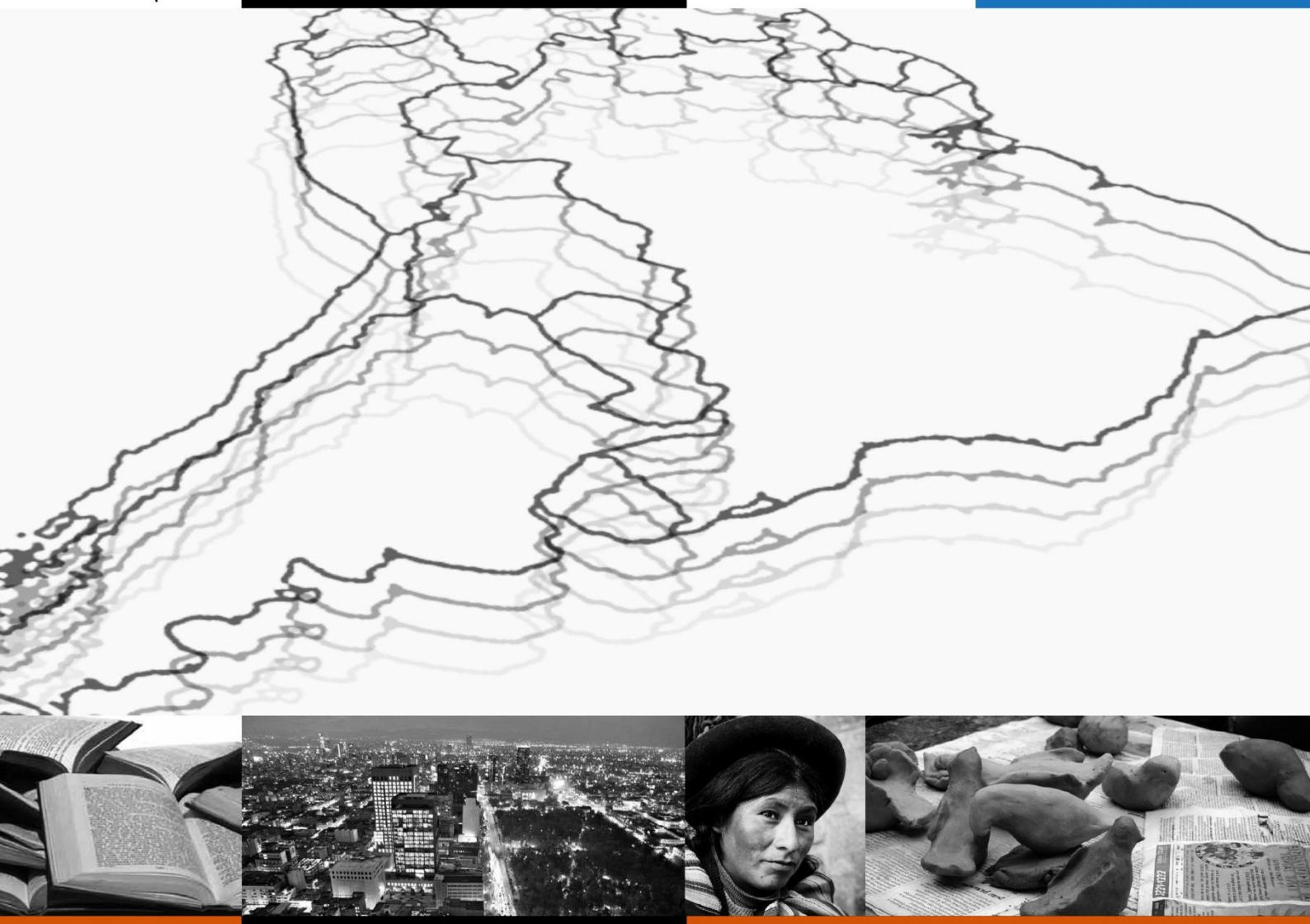
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP
Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL

IESP Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Dezembro 2014 4



DOSSIÊ TEMÁTICO

Sociologia Latino-americana:

ORIGINALIDADE E DIFUSÃO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

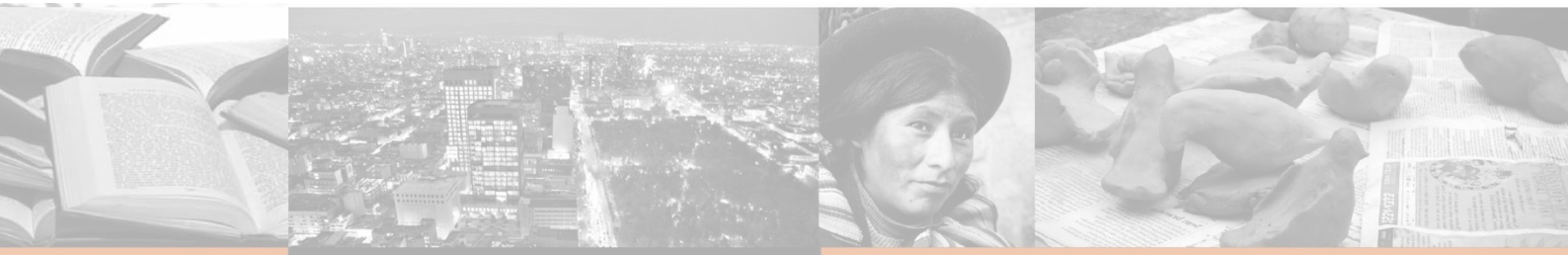
Núcleo de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Pedro Borba

Sítio eletrônico: netsal.iesp.uerj.br
Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº4 – **Sociologia Latino-americana: Originalidade e Difusão**
Rio de Janeiro – Dezembro de 2014
Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL

Responsável Editorial: Pedro Borba
Capa: Clóvis Borba



DOSSIÊ TEMÁTICO

Sociologia Latino-americana:

ORIGINALIDADE E DIFUSÃO

Sumário

1. Apresentação	**4**
2. Entrevista com Fernanda Beigel (UNCuyo) – **Equipe NETSAL**	**7**
3. A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos sobre a América Latina no Brasil – **Breno Bringel, Leonardo Nóbrega e Lília Macêdo**	**31**
4. "Campo", dependência e extroversão intelectual: uma nota – **José Maurício Domingues**	**46**
5. Resenha de "Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani", de Antônio Brasil Jr. – **Juan Pedro Blois**	**51**
6. Relação dos Grupos de Pesquisa sobre a América Latina no Brasil – **Equipe NETSAL**	**57**
7. Apêndice – **Coordenação Executiva NETSAL**	**63**

1. Apresentação

Com enorme prazer apresentamos a quarta edição do Dossiê Temático do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sob o título *Sociologia latino-americana: originalidade e difusão.* Em suas edições anteriores abordamos os seguintes temas: "Rio+20 e a Cúpula dos Povos" (dossiê n.1, 2012), "Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país" (dossiê n.2, 2013) e "As Jornadas de Junho em Perspectiva Global" (dossiê n.3, 2013).

O objetivo do Dossiê Temático do NETSAL tem sido organizar e sistematizar fontes relevantes sobre um tema específico a cada edição, contribuindo para a pesquisa acadêmica e o debate intelectual, neste caso específico, para além do que é suscitado no período próximo a grandes eventos de repercussão midiática. Em virtude disso, os três primeiros números do Dossiê apresentaram alguns textos originais, mas principalmente uma ampla seleção de fontes primárias e secundárias que, transcendendo em relevância a massa de informação momentânea, se tornaram interessantes para um balanço mais distanciado e um estudo mais denso do fato social e histórico em questão. Neste sentido, os Dossiês tem servido para subsidiar a discussão de conjuntura política e de temas relevantes da agenda de pesquisa do próprio NETSAL e de outros grupos de pesquisa.

Embora o objetivo continue sendo o mesmo (embasar as discussões do NETSAL e grupos de pesquisa afins), o presente dossiê tem um carácter um pouco diferente: em vez de fontes primárias e secundárias, inclui somente material original sobre sociologia latino-americana e dependência acadêmica elaborado pelos pesquisadores do NETSAL a partir das atividades realizadas ao longo do ano de 2014. A mudança do formato do dossiê está associada a transformações no *modus operandi* do grupo. Desde sua retomada em 2011 no IESP-UERJ, o NETSAL ampliou-se bastante: conta atualmente com 28 pesquisadores que participam rotineiramente das atividades do grupo, além de 19 pesquisadores associados com atuações mais pontuais de colaboração, e vários estudantes e pesquisadores visitantes, de origens diversas, que realizam estadias de pesquisa no grupo. Isso exigiu algumas reestruturações internas como, por exemplo, a criação de quatro subgrupos de trabalho voltados para temas específicos ("América Latina", "Movimentos Sociais", "Teoria Social" e "Conjuntura Política"). Cada grupo

funciona de maneira autônoma e tem dinâmicas diferentes que incluem principalmente: a) a formulação e execução de projetos de pesquisa associados a cada linha temática; b) a discussão de textos de interesse coletivo; c) debates dos projetos individuais de pesquisa. Os quatro subgrupos se articulam, no entanto, em reuniões gerais realizadas a cada três semanas, bem como em todas as atividades gerais do grupo (palestras de convidados externos, seminários e eventos organizados pelo grupo, seminário interno de apresentação das pesquisas individuais, dentre outras). Procura-se, assim, desenvolver atividades em diferentes frentes, mas alinhadas e organizadas em torno de discussões centrais. A atualização do site e a criação de plataformas de comunicação por redes sociais visa aproximar possíveis interessados das discussões do núcleo. Soma-se a isso, a publicação dos Cadernos de Trabalho NETSAL e o próprio Dossiê Temático.

Nas discussões gerais do NETSAL em 2014 o tema central foi a sociologia latino-americana e as relações entre centro e periferia na produção de conhecimento. Deste modo, o presente dossiê reflete, de alguma maneira, os debates recentes, bem como algumas pesquisas do grupo. Esta edição abre-se com uma entrevista à socióloga argentina Fernanda Beigel concedida em outubro de 2014 a pesquisadores do NETSAL. Em uma longa conversa, a pesquisadora do CONICET e professora de Sociologia latino-americana da Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, discute vários temas: o debate sobre dependência acadêmica, as diferentes etapas da sociologia latino-americana, a relação entre geopolítica do conhecimento e as reconfigurações da posição da América Latina no mundo. Tendo iniciado sua carreira com a realização de estudos sobre José Carlos Mariátegui e o contexto estético-político do século XX na América Latina, Beigel, posteriormente, se propôs a pensar os itinerários da Teoria da Dependência, salientando a centralidade da questão da dependência e o poder desta teoria de ressurgir em contextos diversos. As pesquisas recentes de Beigel têm se direcionado a compreender as dinâmicas de circulação internacional de conhecimento, tendo em vista as relações entre centro e periferia e o tema da dependência acadêmica. Os sistemas de indexação dos periódicos científicos, baseados na mercantilização e especialização, os sistemas de acesso, as referência citadas, os modelos das agências financiadoras e mesmo a predominância da língua inglesa na comunicação entre pesquisadores marcam alguns dos pontos centrais da estrutura internacional desigual do conhecimento e da entrevista aqui publicada.

Em seguida, publicamos dois textos que dialogam diretamente com os temas tratados na entrevista de Beigel. O primeiro deles, "A experiência do Centro Latino-

americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos sobre a América Latina no Brasil", de Breno Bringel, Leonardo Nóbrega da Silva e Lília Maria Silva Macêdo, discute a América Latina como unidade de análise e apresenta os traços gerais de uma pesquisa em andamento no NETSAL sobre a experiência do CLAPCS e os olhares das Ciências Sociais brasileiras sobre a América Latina. Segue-se um breve texto de José Maurício Domingues, intitulado "Uma nota sobre 'campo', dependência e extroversão intelectual", que também se engaja com alguns elementos polêmicos do debate contemporâneo sobre dependência acadêmica e a sociologia periférica.

Seguindo a linha temática do dossiê, apresentamos uma resenha do livro *Passagens para a Teoria Sociológica. Florestan Fernandes e Gino Germani* (São Paulo: HUCITEC / FLACSO / CLACSO, 2014), escrita por Pedro Blois. Em seguida, dispomos um levantamento feito junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, listando os grupos em Ciências Sociais que atualmente trabalham com América Latina, junto com informações básicas a seu respeito. Por fim, este Dossiê conta ainda com um levantamento realizado pela coordenação acerca das atividades desenvolvidas pelo NETSAL no último triênio (2012-2014), apresentado como apêndice ao documento. O registro das atividades tem uma grande validade não só para reter um pouco da trajetória recente do grupo, como também para inspirar os caminhos vindouros.

Boa leitura a tod@s!

Breno Bringel e José Maurício Domingues (Coordenadores do NETSAL)
Pedro Borba (Coordenador-Executivo do NETSAL)

2. Entrevista com Fernanda Beigel (UNCuyo)

Equipe Netsal

Fernanda Beigel es Profesora Titular de la Cátedra de Sociología Latinoamericana de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo) e Investigadora independiente del CONICET (Argentina). En 2001 se doctoró con una tesis sobre Mariátegui y el proceso de autonomización del campo cultural peruano, bajo la dirección de Arturo Andrés Roig. Publicada en dos libros ("El itinerario y la brújula: el vanguardismo estético-político de José Carlos Mariátegui". Buenos Aires: Biblos, 2003; y "La epopeya de una generación y una revista". Buenos Aires: Biblos, 2005), discutía el papel del editorialismo en el desarrollo del vanguardismo estético-político peruano durante la década de 1920. En 2005 ganó un concurso internacional de ensayos de CLACSO con su trabajo "Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia" (en "Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano". Buenos Aires: CLACSO, 2006). Como convergencia de esta trayectoria de interés sobre la sociología latinoamericana y los intelectuales publicó en 2011 el libro "Misión Santiago. El mundo académico jesuita y los inicios de la cooperación internacional católica (Santiago de Chile: LOM Ediciones) y viene dedicándose en la última década al estudio de la dependencia académica en América Latina. Los resultados de estas investigaciones se publicaron en libros como "Autonomía y dependencia académica. Universidad e investigación científica en un circuito periférico: Chile y Argentina (Buenos Aires: Biblos, 2010) y "The Politics of Academic Autonomy in Latin America"(London: Ashgate, 2013).

Beigel dirige el Doctorado en Ciencias Sociales de la UNCuyo, con el cual el IESP-UERJ mantiene un programa de cooperación internacional financiado por CAPES (Brasil) y SPU-Ministerio de Educación (Argentina). Estuvo en Río de Janeiro en octubre de 2014 en una misión de trabajo como parte de este convenio. El día 24 de octubre de 2014 dictó en el IESP-UERJ una conferencia titulada: "Dependencia académica, sistema de publicaciones y cultura evaluativa". Un día antes concedió una larga entrevista a Breno Bringel, Humberto Machado, José Maurício Domingues, Leonardo Nóbrega, Lilia Silva Macedo y Pedro Blois, investigadores del Núcleo de Estudios de Teoría Social y América Latina (NETSAL), que reproducimos prácticamente en su totalidad abajo.

ENTREVISTA - 23 DE OCTUBRE DE 2014

NETSAL: Bueno, Fernanda, podemos empezar por tu formación, por tu trayectoria de investigadora, por tus influencias intelectuales…

Fernanda Beigel (FB): En realidad, bueno, cuando una es argentina parece una obviedad pensar que es de Buenos Aires, Pero no es una obviedad. Nací en Buenos Aires, aunque no me gusta demasiado reconocerlo…(risas) pero a los 10 años me fui a Estados Unidos con mis padres y cuando volvimos a fin de 1983, nos instalamos en Mendoza, donde terminé la escuela primaria, y después la secundaria, el grado y el doctorado en la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Cuyo. El contexto académico era pequeño con muy pocas alternativas de formación… En Argentina el CONICET –lo que vendría a ser nuestro CNPq- tiene una carrera de investigador, y en Mendoza, cuando yo egresé como socióloga en el año 1993, no había ningún investigador sociólogo en el CONICET. Era un camino bastante difícil, en un mini campo académico donde encontré, sin embargo, la perspectiva latinoamericanista más rigurosa que yo podía esperar, en el equipo de investigación de Historia de las Ideas que dirigía Arturo Andrés Roig, el gran filósofo latinoamericanista que murió recientemente. Allí, me formé como investigadora y Arturo fue mi mejor maestro en la comprensión de América Latina, y en el desafío que me propuso al poco tiempo que fue entender el vanguardismo indigenista de José Carlos Mariátegui. Durante ocho años me dediqué a mi tesis doctoral sobre el editorialismo y el vanguardismo estético-político peruano, por imposición de Arturo, digamos, aunque él trabajaba el siglo XIX y escuchó mi pedido sobre mi necesidad de trabajar sobre el siglo XX. Tuve la suerte que me propusiera trabajar sobre la revista *Amauta* que él había traído en facsimilar desde Perú y fue un viaje maravilloso para mí.

Yo quería trabajar sobre la Teoría de la Dependencia porque había escrito mi tesina de licenciatura sobre la obra de Agustín Cueva y su polémica con el dependentismo. Esa fue mi propuesta cuando conocí a Arturo a los veintiún años pero él dirigía un equipo con un gran proyecto y yo debía insertarme en ese contexto… Y, Mariátegui fue para mí, un viaje fabuloso porque yo venía de un marxismo leninismo bastante ortodoxo, militaba en una escisión del Partido Comunista que sofocaba toda posibilidad de reflexionar profundamente sobre la implosión del "socialismo real". Como decía en mi libro con Mariátegui tuve que "cepillarme la cabeza a contrapelo"…

Fue un encuentro impresionante y conmovedor para mí en todo sentido, desde su idea del marxismo como una fe en adelante, fue todo un aprendizaje… Y también fue para mí muy importante, durante todos esos años que dediqué a Mariátegui, una orientación hacia la sociología de la cultura y del arte, el trabajo sobre el vanguardismo estérico y político, y sobre Mariátegui como crítico de arte. Ese costado que había sido menos trabajado y que se ligaba mucho a su praxis periodística también me impulsó a una formación que no había tenido en la universidad y que fui construyendo casi de manera autodidacta, mientras trataba de convertirme en socióloga en un ambiente de historiadores y filósofos.

Dediqué muchos años a conocer el primer tercio del siglo XX que me sirvió mucho para el despegue posterior hacia los años de 1960 y las últimas décadas, que trabajo en la actualidad. Mariátegui y los años 20 me marcaron totalmente, sobre todo en la ruptura radical con ese marxismo ortodoxo y práctico, de partido, de aparato que exploré mientras trataba de entender el realismo socialista. Además de esa ruptura, también constaté que el marxismo a mí, por lo menos, que me quería formar como investigadora no me ofrecía herramientas conceptuales para permitir operacionalizar los grandes temas que me interesaban, como la autonomía del arte, por lo que necesitaba recurrir a otros insumos. Y me fui acercando a teóricos dentro de la sociología del arte (como se imaginarán Bourdieu en primer lugar), pero también Adorno, Marcuse y fui desmontando el binomio heterodoxia/ortodoxia, que fue lo que más me interesó de la obra teórica de Mariátegui.

Cuando ingresé como investigadora del CONICET en 2002 pude volver a trabajar sobre teoría de la dependencia… Arturo me apoyó totalmente porque siempre fue muy generoso, y tuvimos la oportunidad de discutir juntos su trabajo "Hacia una segunda Independencia" y mi ensayo "Vida, muerte y resurrección de las 'teorías de la dependencia'" que presenté al concurso de CLACSO de 2004. Yo trataba de contestar la pregunta ¿cómo una teoría puede tener una vida, un dinamismo tan grande, y de pronto quedar en los libros o morir en muchos ámbitos, y después de tantos años, de pronto resurgir?" O sea, tratar de explicar el itinerario que puede tener una teoría sujeta a múltiples condiciones. Y a partir de ahí inicié el trabajo de campo en Chile para reconstruir el campo académico que vio nacer esa teoría e intentar una sociología de la Sociología de la Dependencia.

NETSAL: ¿Ves algún puente entre el trabajo de Mariátegui y lo que desarrollaste después con la teoría de la dependencia?

FB: Sí porque una de las cosas que se abrió como línea de trabajo interesante después de mi doctorado era justamente el concepto de autonomía, en su momento y para los años 1920, el planteo mariateguiano que sostenía con fuerza la idea de la autonomía del arte. Entonces, empecé a plantearme la relación autonomía–dependencia en ese período y a abrir los niveles de análisis que tenía esa relación en el vanguardismo y en el campo intelectual en la época. Entre 2002 y 2003 intenté conceptualizar qué relación había entre dependencia y autonomía en distintos espacios del campo intelectual en los años 1920 y 1930. Y, de ahí, empecé a hacer la historia del concepto de dependencia que fue lo que traté de sintetizar en el ensayo de CLACSO, desde cuándo es una pregunta para América Latina la dependencia intelectual o económica, la trayectoria que había tenido ese concepto… Después, en ese rastreo, tenía que llegar al momento en que la dependencia se convierte en una conceptualización más de tipo sociológica o de las ciencias sociales. Entonces, ahí arranqué el proyecto de hacer una sociología de la sociología de la dependencia, que es lo que todavía estoy tratando de hacer… Había algunos trabajos hechos en esa línea pero para mí se trataba de superar las clasificaciones ideológicas. Porque en las propias disputas que había entre Fernando Henrique, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank… prácticamente todo se dirimía en tratar de clasificar quiénes eran marxistas, quiénes no… Y ya hacían muchos años que yo venía saliendo de ese tipo de discusión… yo había tenido que sostener el marxismo de Mariátegui frente a ortodoxos que se espantaban cuando el peruano decía que el marxismo era una religión… Había participado activamente en la discusión con esa ortodoxia marxista, sobre todo tratando de desmitificar el terreno de dirimir quiénes eran los "verdaderos" marxistas… para mí ésa es una pregunta de por sí estéril.

Entonces, en ese camino de exploración acerca de cómo había surgido el dependentismo descubrí que Chile había sido un laboratorio desde todo punto de vista, que había sido un laboratorio académico también. Y empecé a construir una serie de variables para tratar de explicar cómo surgió una teoría de ese tipo y cómo era lógico que un espacio como la sociología, o la misma economía o el estructuralismo cepalino -que venían de un planteamiento en el caso de la sociología bien anclado en la sociología científica-, de pronto pudieran virar hacia otro tipo de discusión. Ahí empecé a trabajar

con el marco bourdiano que ya para la tesis había tomado pero que en este caso lo hice con más factura propia.

NETSAL: Con 'Amauta' *empezaste también como una reflexión sobre las revistas, ¿no? ¿Cómo ves la relación entre el papel de las revistas, sean científicas o no, y la construcción de un proyecto intelectual latinoamericano?*

FB: Creo que esa cuestión depende mucho del período que tomemos. El grupo de Mariátegui, su grupo artístico y político, era en realidad una pequeña tertulia, una tertulia no de la aristocracia sino una tertulia vanguardista pero un grupo pequeño de intelectuales, mayormente mestizos, urbanos… En ese período, caracterizado por la fusión entre prensa y literatura, la revista era el vehículo principal de todo el vanguardismo. Lo que yo hice fue reconstruir las redes editoriales que tejieron desde la revista *Amauta* y la verdad es que es impresionante ver adónde llegaban, cómo lograban establecer vínculos en toda América Latina en una etapa tan artesanal como esa. Fue una red amplísima que permitió abrir grandes discusiones. Por ejemplo, la discusión del año 1928 en la que Amauta juega un papel muy importante y que surge con el artículo de Guillermo de Torre "Madrid, el meridiano intelectual de Hispanoamérica". Es una gran discusión que se extiende por toda América Latina y que incluye a Brasil en la polémica del nacionalismo, del cosmopolitismo…la polémica más sostenida del campo cultural de nuestra región por aquellos años. Y en todo eso las revistas eran –yo diría- el único vehículo, el gran vehículo.

Después, en los 1960 o 1970, pienso que es el libro el que juega un papel fundamental dentro de mundo intelectual, y la revista sigue estando en la bisagra de todos los movimientos que pretenden conectar el mundo cultural y político. En las últimas décadas la especialización ha hecho que pocas revistas puedan cumplir un papel de proyecto cultural de ese tipo. Durante las dictaduras, hay revistas que aglutinaron lo académico y lo político, que cumplieron ese papel de vehículo. Pero hoy no tenemos muchas que tengan este carácter. Las revistas más académicas están en un proceso de especialización tal que a lo sumo pueden generar un movimiento de discusión académica. Hay una serie de normas de las que hablaré en mi conferencia mañana en el IESP-UERJ, y que van generando un corset a la mayoría de las revistas… que sólo sirven para una consagración en el mundo académico y no para tener una función de discusión intelectual más amplia, que salga de las murallas.

NETSAL: Estaba pensando en dos cuestiones: por un lado, en la cuestión que analizas a partir de Mariátegui y su trabajo de edición, en un proyecto estético, y, por otro, esa cuestión de la dependencia académica a partir de las publicaciones de revistas. ¿Cómo se relacionan esos dos intereses? ¿Las revistas académicas tienen un proyecto también o están atadas dentro del debate académico como venís diciendo? Si tienen un proyecto, ¿cómo sería ese proyecto en términos de pensar América Latina como periferia dentro del sistema académico?

FB: El trabajo sobre Mariátegui fue, en principio, una imposición pero que a mí me permitió conocer el siglo XX latinoamericano, no digo completo, pero sí anclar en tres momentos fuertes del siglo XX latinoamericano, que permiten que uno pueda hacer un trabajo fuertemente histórico. Lo que une las dos preocupaciones es el concepto de autonomía. En los años 1920 la autonomía nunca fue una constatación propia del mundo artístico, sino un proyecto. Siempre fue un proyecto por el que había que luchar. La autonomía del arte no era algo dado, para ninguna de nuestras vanguardias, siempre fue un proyecto a conquistar. Entonces es esa reflexión sobre una autonomía, equivalente a la libertad, a la creatividad enraizada, lo que une mi viaje mariateguiano y mi inquietud actual cuando pienso en la autonomía académica. A pesar de que la autonomía tiene muchos niveles, uno de los niveles tiene que ver con: ¿qué posibilidades tenemos de crear con autonomía? Pero no desde un impulso chauvinista sino desde un impulso libertario.

NETSAL: ¿Puedes dar una definición breve del concepto de dependencia académico-intelectual?

FB: En realidad, el propio concepto de dependencia académica es objeto de discusión y para mí misma es también un objeto de reflexión permanente. La idea o concepto de dependencia académica fue planteada por Syed Farid Alatas en sus artículos de 2003 recuperando una discusión bastante antigua y escritos de su propio padre sobre la "mente cautiva". Como sabemos, el concepto de dependencia intelectual, es un concepto bastante más antiguo que pone en duda si las regiones periféricas que no forman parte de los centros académicos internacionales tienen la autonomía suficiente para crear algo propio, para crear una producción, un concepto, una idea a través de

métodos o caminos propios. Esa duda sobre la posibilidad de la autonomía lo lleva a Alatas a un planteamiento que lo vincula a algunos estudios o tendencias de los estudios poscoloniales, que es pensar que existe una subalternidad epistemológica estructural o radical que no nos permite pensar que en la periferia existe pensamiento autónomo. Entonces en este caso, la relación dependencia–autonomía es una oposición en donde existe autonomía o dependencia, y donde generalmente la autonomía está en los centros y la dependencia (o esta subalternidad epistemológica) está en las periferias. Y en los últimos cuatro o cinco años, lo que justamente yo estoy tratando de plantear es que autonomía/heteronomía conviven en nuestros espacios y también en los centros, porque paulatinamente los centros se han vuelto más dependientes de ese tipo de corsets de los que hablaba recién, cada vez más dependientes de criterios o estándares de publicación tipo ISI. Y cuando uno analiza "la ciencia perdida" de las periferias, que no se desgarra por publicar en revistas consagradas, se encuentra con que tienen menos dependencia respecto de esos criterios y más libertad para definir una agenda. Es difícil generalizar pero me parece que en términos de Alatas la relación dependencia–autonomía es bien economicista, "al estilo 1960": liberación o dependencia, como dos posibilidades que se anulan entre sí. En cambio, me parece que en el mundo intelectual y el mundo académico hace mucho tiempo que la idea de dependencia como copia o la idea de dependencia intelectual como imitación se verificó como inviable. Ya el vanguardismo de los años 1920 demostró que no era posible, que no existía la imitación o la copia. Siempre hay un proceso de recepción, mediaciones, lecturas críticas, traducciones.

NETSAL: ¿Piensas, por otra parte, que hay una posición de subordinación? Y, si la hay, ¿cómo explicarla?

FB: Sí, yo creo que la subordinación existe. Lo que entendemos por *mainstream*, o lo central, se define en función de la periferia, relacionalmente. Entonces aquello que es considerado como lo periférico también define lo que se piensa como *mainstream*… Y en los últimos veinte o treinta años, esta universalización de las normas ha generado que, en alguna medida, en esos centros también haya una dependencia muy grande de normas y definiciones que no obedecen solamente a su espacio académico sino también a los *rankings* internacionales, factores de impacto… Todas estas grandes normas que, aunque fueron creadas en Estados Unidos, también a los propios americanos, en su propio campo, les genera una dependencia muy grande en términos de agenda.

Apegarse al factor de impacto, limita tu libertad para elegir/construir tu objeto. Los llamados *research fronts* también van marcando… y muchos van articulando sus investigaciones hacia esto, que está generando también el factor de impacto… Entonces me parece que a ellos también les ha generado una situación de heteronomía o círculo endogámico.

Retomando tu pregunta, si lo miramos en términos históricos, si vos tomás un mediano o largo plazo, de los 1950 para acá, tenés efectivamente muchos elementos que te pueden mostrar dependencia de recursos financieros. Por ejemplo, las diferencias en las *research capacities* de un país como Brasil o como Argentina, comparado con EEUU o Francia. También se ve en el ejemplo del caso de China que aumentó brutalmente la cantidad de artículos publicados en estos sistemas como ISI (está en segundo lugar después de Estados Unidos) y, sin embargo, en términos de los *papers* citados, sigue estando lejísimo y bien atrás. Los líderes siguen siendo Estados Unidos, Francia y Alemania… O sea, sigue estando en un lugar subalterno; entonces me parece que básicamente lo que ha cambiado es la forma de la periferialidad, hay diversas formas de periferialidad. Es difícil seguir viéndolo en términos de centros–periferias geográficas, como si fueran economías nacionales.

NETSAL: Esta complejidad de los mecanismos o de las formas de la periferialidad también quizás se pueda ligar a una cuestión teórica vinculada a la teoría de la dependencia, en particular aquello que la teoría de los sistemas-mundo de alguna manera intentó plantear como semiperiferias, es decir, la existencia no sólo de centro y periferia, sino también de semiperiferias que juegan un papel dual. ¿Existirían semiperiferias en la dependencia académica? ¿Brasil podría ser una de éstas, por ejemplo?

FB: Yo prefiero usar el término "centro periférico" porque la semiperiferia es también algo súper amplio que incluye un montón de espacios y, sobre todo, espacios que son más centrales que periféricos. En cambio los centros periféricos son espacios que son dominantes dentro de una región periférica pero dominados a nivel internacional. Me parece que Brasil y quizás México en América Latina –también en alguna medida Argentina, pero mucho más atrás-, estos países ocupan un lugar muy dominante en la región, o si querés, en términos sur-sur, pero dominado a nivel internacional.

NETSAL: A lo largo de tu trabajo fuiste descubriendo diferentes sentidos de la dependencia. Quería ver si nos podías enumerar y comentar cómo fueron apareciendo esos sentidos en ese proceso… Porque la dependencia siempre existe en relación a algo, o los países centrales, o el Estado… Y, por otra parte, quería plantearte una duda que tiene que ver con la idea de la dependencia. Cuando apelamos a la idea de dependencia originada en las discusiones sobre el desarrollo de los sistemas económicos, del sistema económico mundial, se ve que los países periféricos efectivamente tienen una dependencia de tecnología o de los bienes producidos en los centros pero que, a su vez, al mundo, o a esos países centrales, le ofrecen algo que esos países necesitan que son esos recursos naturales. Por lo que estás diciendo, en el plano intelectual, no se da lo mismo… Los países centrales no le dan el mismo peso a los papers de los países periféricos, como se ve en el ejemplo que dabas de China…

FB: Eso se puede ver analizando las perspectivas que sostienen que hay una división internacional del trabajo científico según la cual las periferias dan la materia prima, que serían los datos, para que en el centro sean procesadas. Y ese tipo de concepciones, tan economicistas y sostenidas en relaciones *export-import*, son aquellas de los que prefiero distanciarme porque, en realidad, no hay campo académico latinoamericano que juegue ese papel tan básico hoy. Si vamos atrás hacia 1910 o fines del siglo XIX, por ahí podías encontrar algo así… Pensemos incluso en las "misiones científicas" de los franceses acá en Brasil… Hay varios estudios sobre cómo muchos de los que vinieron eran jóvenes que se terminaron consagrando después de sus experiencias en Brasil, aquel Lévi-Strauss que llego en los 30s no era el que después conocimos todos. Pero igual, en ese caso de la misión, que es la más vertical por naturaleza, en el que un extranjero viene y se instala para obtener datos, aún en ese caso muy rápidamente empezaron a haber procesos de nacionalización, exigencias de las universidades receptoras para que den clases en portugués, etc. Entonces, desde mediados del siglo XX y con el proceso de profesionalización local en marcha me parece imposible pensar en esos términos, en una relación centro–periferia tradicional, en nosotros como dadores exclusivamente de materia prima científica.

NETSAL: Tal vez no fui claro. Justamente lo que decía es que ese esquema tradicional me parece que tiene sentido para la economía pero no sé si lo tiene para las relaciones entre las ciencias sociales producidas en los diversos países. En este caso, los centros

funcionan de forma un poco más autorreferencial, sin importarles demasiado lo que se produce en la periferia, más allá de que hayan especialistas en América Latina, Asia…

FB: Estoy de acuerdo con vos en que puedan tener poco interés en lo que se produce en otros lugares y aunque el enfoque centro-periferia tradicional no puede ser aplicado directamente al mundo académico, la relación centralidad-periferialidad sí funciona en el desarrollo científico internacional. No puede existir un *mainstream* si no hay una periferia. La defensa a ultranza de sistemas como ISI y del listado de revistas que entran dentro de este tipo de calificaciones, o los *rankings* o el factor de impacto, es fundamental para que quede mucho afuera porque si eso no ocurre, tu conocimiento deja de tener una jerarquía central. Tu revista deja de tener la importancia fundamental que puede tener por estar en ISI si todo el mundo entra (ya no existe la posibilidad de que haya una periferia alrededor mío). No significa que el conocimiento de la periferia suscite interés ni mucho menos pero sí que el *mainstream* requiere de una periferia marginal... Eso implica repensar todo el concepto de autonomía y sus distintos niveles. Vos me preguntabas eso en primer lugar y te puedo decir que, a partir de todas las investigaciones empíricas que hemos hecho, que son sobre Chile y Argentina -nuestro equipo siempre ha trabajado estos dos países-, hemos encontrado tres niveles. El primer nivel es el nivel de la especialización más básica, en donde los espacios académicos van generando el proceso que llamamos de institucionalización-profesionalización. En América Latina, en general, y en Argentina y Chile, eso se ve con mucha fuerza. Eso está ligado a un proceso que se produjo en la primera mitad del siglo XX cuando empieza también el proceso de consolidación de la educación superior. Un segundo nivel es en el que pongo en juego más a Bourdieu… Acá la gran tensión está sobre nuestro propio concepto nativo de autonomía universitaria, que para Argentina tiene un peso muy grande. Sé que en Brasil puede ser diferente -no lo conozco en profundidad- pero para nosotros es un concepto ligado a la autonomía respecto del Estado y a la libertad de cátedra que está presente desde la Reforma de 1918.

Durante todo este proceso de profesionalización y de institucionalización la noción de *illusio* que sirve para mí como herramienta (otra vez Bourdieu) para pensar esto que nos une y que hace que este espacio tenga reglas del juego propias y diferentes de la de los otros. Entonces, que compartamos esa *illusio*, ese conjunto de cosas por las cuales estamos volcando energía en esta entrevista o valorando cualquier actividad que nosotros llamemos académica, hace que ese campo pueda tener autonomía. Autonomía

que para Bourdieu siempre fue una pregunta. No es que haya un "corralito" y "esto es autónomo y esto no", a pesar de que en alguno de sus trabajos puede parecer como si fuera así y que se ha favorecido mucho esa interpretación. La autonomía siempre es una pregunta a contestar, y además autónomo respecto de qué. Si uno toma los estudios empíricos de Bourdieu, abren puertas. Si uno estandariza sus respuestas para el caso francés, me parece que las cierra.

Y en tercer lugar, finalmente, el nivel que yo creo que toca la dependencia académica que es la relación entre ese espacio nacional o comunidad local y los modelos, conceptos, fondos financieros que circulan en el Sistema Académico Mundial. La internacionalización ha sido tan intensa que cada vez ha tenido mayor peso en los campos nacionales, aun en América Latina donde los espacios nacionales todavía tienen, como sistemas científicos, un basamento institucional claro. La internacionalización tiene un peso cada vez mayor en la construcción del prestigio… El sistema de publicaciones incide directamente en esta cuestión, en la forma en que construimos el prestigio. En los años 1960, que analizo en aquel trabajo sobre el dependentismo pretendía mostrar cómo se construyó un circuito regional, un primer circuito latinoamericano de ciencias sociales … El de los años 1920 también era un circuito, pero basado en relaciones inter-personales, redes editoriales, intercambio periodístico, manifiestos y congresos artístico-políticos…

NETSAL: En relación a la cuestión del prestigio en América Latina, parece que de alguna manera volvimos a la primera mitad del siglo XX. Los autores de referencia ahora son, una vez más, todos extranjeros, cada uno tiene su autor de referencia, de preferencia extranjero… En un sentido se podría decir que, aunque ahora tengamos una institucionalidad de las ciencias sociales mucho más poderosa en América Latina, en términos intelectuales parece que volvimos atrás, retrocedimos… Después de ese momento de fines de los 1950 y 1960s, de una sociología latinoamericana, con las dictaduras y las aperturas parece que volvimos a una situación en donde no hay un diálogo latinoamericano, con más autonomía. No sé si estás de acuerdo…

FB: En los 1990, sí, me parece que hubo un retroceso general, en todos los países. Y me parece que también hubo un sofocamiento de las universidades, los ajustes… En especial lo que fue Argentina y Chile, no sé si tanto en Brasil, pero en Argentina y Chile se notó muchísimo ese achicamiento tan grande del apoyo público, de las posibilidades

de intercambio internacional, y de la forzada apertura a los fondos de fundaciones privadas que eran los que podían financiar investigaciones. Chile es el caso más demostrativo porque pasó de ser un sistema universitario predominantemente público en 1972 al sistema más privado... En los 1990, sí, se ve la idea de esta globalización donde los Estados nacionales ya no tenían vigor y el latinoamericanismo estaba adormecido completamente… pero, paulatinamente, en la última década se va notando cómo hay redes regionales cada vez más fuertes. El mismo CLACSO o ALAS, que son masivos realmente en este momento, como redes y como espacio de producción. hay foros que yo creo que tienen importancia y que son foros donde se plantean diálogos latinoamericanos. *desiguALdades*, por ejemplo. Me parece que es un espacio donde hay voces, realmente de referencias latinoamericanas fuertes. *desiguALdades* de Sergio Costa…

NETSAL: Está en Alemania…

FB: Sí, sí, yo sé que está en Alemania pero, si vos te fijás, los intelectuales que él convoca son latinoamericanos… En esa red vos ves referencias latinoamericanas fuertes. LASA ha hecho el mismo esfuerzo y está incorporando cada vez más a intelectuales latinoamericanos. Pero yo creo que tenemos intelectuales latinoamericanos importantes que vienen generando espacios de discusión en instituciones locales fuertes… CLACSO juega un papel relevante en reeditar y editar en los últimos diez años mucho material… Y las nuevas circunstancias de los gobiernos latinoamericanos de Evo, de Lula, de Kirchner, me parece que han generado un cambio…

NETSAL: Este era un punto que debatíamos también en el NETSAL. Nos parece relevante compartirlo contigo y escucharte. Porque, claro, tú al trabajar con temporalidades distintas del siglo XX, al menos en estos tres grandes momentos -década de 1920, años 1960 y la actualidad-, lo que sí hay quizás es una relación entre geopolítica del conocimiento y reconfiguraciones geopolíticas profundas de la región. ¿Tú ves que esas reconfiguraciones geopolíticas más amplias de la economía, de la política, de la sociedad tienen que ver directamente con cambios en la geopolítica del conocimiento?

FB: No sé si un lazo inmediato como a lo mejor piensan cuando me preguntan sobre eso…

NETSAL: ...Porque mencionabas ahora la cuestión de la emergencia de los gobiernos progresistas y en Brasil, desde luego, en los últimos diez años, hay mucha más gente pensando en América Latina que hace quince años. Y quizás tenga que ver con eso…

FB: Sí, yo creo que estamos en un proceso que está en curso, pero se nota la diferencia entre los años 1990 y el momento actual. A nivel editorial hay muchos esfuerzos que han colaborado en este sentido. En los relevamientos que uno hace sobre temas de investigación, que los he hecho para Chile y para Argentina, se ve que hay un cambio bastante importante. Temas de investigación de las ciencias sociales de becarios, de investigadores... En eso, noto que hay un cambio… Incluso si vos te metés por ejemplo en los sitios desde CLACSO, FLACSO hasta el Colegio de México, o si te metés a distintos centros de distintas ciudades de América Latina, y buscas por palabra clave, que es un ejercicio que yo hago con mis alumnos de Sociología Latinoamericana, en ese ejercicio vas notando cómo ha cambiado la agenda en cuanto a las investigaciones, a los temas de los congresos. En ese ejercicio trabajamos con un montón de sitios web para diferenciar entre *Latin American Studies* y Sociología Latinoamericana. Y cuando hacés esa búsqueda, vas viendo que las temáticas y las referencias están más enraizadas, hay muchos estudios comparativos entre los países latinoamericanos. Me parece que estamos en un proceso... Tampoco es que el cambio sea tan abrupto… Pero lo notás mucho en los temas de investigación de los nuevos doctorandos o becarios; hay mucho más interés en conocer realidades fuera de su propio país; comparar con otros, ¿no? Pero más como un proceso en curso.

NETSAL: Me gustaría seguir con esta relación entre geopolítica y la independencia o autonomía académica. En la teoría de la dependencia hay una corriente optimista que dice que es posible revertir el carácter de la dependencia entrando en el proceso, adoptando una ruta de desarrollo dependiente se puede crecer y desarrollarse, y conquistar la autonomía... Y hay otra corriente que dice que la dependencia va a reproducir las condiciones de la dependencia... Pensando en el reflejo que las transformaciones geopolíticas contemporáneas y el lugar de América Latina en el mundo tiene sobre la dependencia académica, quería ver si podías relacionar esas

cuestiones... Si esa visión positiva de la dependencia es observable... Es decir, si de hecho, por ejemplo, Brasil, en esa lógica de Wallerstein de ascender a semiperiferia, de ser centro en relación a otros países... Si es posible observar concretamente esa reversión de la dependencia. Por otro lado, la dependencia académica también tiene que ver con la cuestión del financiamiento. Más allá de la dependencia cultural, histórica, existen las financiadoras... Fundación Ford y otras... y esto en cierta medida puede tener una influencia sobre la cuestión. Entonces, a partir de los datos sobre los que hablamos aqui, me parece que la situación es modificable, que puede ser revertida... ¿Que pensás sobre esto?

FB: Planteas todo un tema complicado… Cuando hablamos de dependencia yo prefiero tomar una tradición metodológica del dependentismo que es la idea de trabajar sobre una situación histórica concreta de dependencia, observable, como vos decías. Entonces, no quiero hablar de dependencia en general o de caracterizar a un país como dependiente mientras que el otro sería autónomo y llegar de nuevo al simplismo del centro–periferia… No digo que desaparecieron las periferias, todo lo contrario. Pero son tan diversas las periferias, y hay tanta complejidad… Argentina, por ejemplo, lleva once años de una expansión de recursos realmente impresionante. Brasil también pero no conozco tanto el caso. Pero en Argentina es realmente impresionante el crecimiento, por ejemplo, en el número de investigadores. Nosotros tuvimos en los últimos ocho años una duplicación del total de investigadores del CONICET. O sea, teníamos 3500, 3700 y hoy tenemos 7900, y sólo estamos hablando de siete u ocho años.

Eso por una parte y ni hablar de la cantidad de recursos, de subsidios de investigación, de los institutos nuevos que se han abierto. Es impresionante la cantidad de recursos que se han puesto en ese sentido. Ahora, frente a esa enorme expansión, lo que se observa es una heterogeneidad estructural cada vez mayor del sistema. Tenemos cada vez más escindido el sector orientado nacionalmente (en muchas de las universidades del interior), que apunta a escribir en español en las revistas que se publican en Argentina, o apuntan a recomendaciones de política pública, o tienen un sentido de la investigación aplicada concretamente y apuntan a incidir digamos en la realidad nacional. Y otro sector completamente internacionalizado, que está básicamente en el CONICET, y que se maneja con normas internacionales cada vez más heterónomas y dependiente de la agenda internacional. Entonces, el Estado argentino ha puesto inmensos recursos para fomentar este desarrollo del CONICET. Lo hizo, por

supuesto, pensando en algunas líneas como nanotecnología y algunas otras disciplinas con la expectativa de que se podía hacer un salto tecnológico brutal. Se han estimulado todas las ciencias de una manera impresionante pero las ciencias duras están cada vez más orientadas a un tipo de trabajo heterónomo, basado en las normas internacionales: cada vez más publicar afuera, en inglés… Y, por otro lado, toda esta otra parte más nacionalmente orientada se inclina cada vez más a una discusión endógena, pero pierde de vista la universalidad propia de la ciencia con lo cual pierde autonomía respecto del Estado o de los grupos de presión. Es un juego bastante complicado. Con resistencias porque por supuesto hay un montón de resistencias y la heteronomía puede ser vista como mucho más leve si comparamos con Chile. Pero se observa que, aún con una enorme cantidad de recursos, no necesariamente el sistema tiende a una mayor autonomía. El campo científico argentino está bastante fragmentado.

Y en el otro caso que también conozco que es el de Chile, ¿la apuesta cuál fue? Hay pocos recursos públicos, con los pocos recursos que tienen como política pública hicieron la típica política del "*olimpic medal*", del "vamos derecho a los mejores". Chile tiene muchas más revistas indexadas que Argentina. Hay una segmentación terrible del espacio donde muy poquitos logran una consagración internacional; que ni siquiera internacionalmente es valiosa, es sólo valiosa a nivel local. Pero me parece que en relación a tu pregunta, me parece que hay que buscar en cada uno de estos sistemas cuáles son esas situaciones de dependencia y de autonomía, porque existen ambas cosas.

NETSAL: La corriente más optimista afirma que sólo es posible alcanzar grados de autonomía dentro de un sistema dependiente y esa autonomía va siendo conquistada a partir de esas dinámicas... No pensando dicotómicamente sino en una imbricación…

FB: Lo que pasa es que si vos lo relacionás mucho con el concepto de dependencia económico, que es del origen de donde vos estás trayendo esta discusión, claro, la dicotomía teórica planteada en términos de las economías es muy distinta. Para mí la dependencia intelectual hoy es muy difícil de probar. La dependencia intelectual como imitación los modelos extranjeros; "no tenemos teorías propias", yo te digo "no"; en este momento es muy difícil encontrar un espacio académico que puedas considerarlo aculturado completamente.

NETSAL: Una duda respecto de lo que planteabas recién, ¿estás pensando en ciencias naturales y ciencias sociales cuando planteas esta fractura en Argentina?

FB: En realidad, para revisar la relación centro–periferia a la luz del mundo científico, estoy trabajando sobre eso -estoy en plena construcción-, pienso que hay tres aspectos que están jugándose en las formas de jerarquización internacional, consagración, de construcción de prestigio académico. Y ahí la diferencia disciplinar es muy fuerte. O sea, por una parte se juega la institución. Sigue teniendo un peso. En el ejemplo de China es bien claro. La institución hoy sigue teniendo un peso porque el *paper* del chino no tiene la misma recepción que el de Estados Unidos, sobre todo en estos circuitos *mainstream*. Por una parte está la institución que sigue teniendo peso, o el país o el campo académico nacional, que en la mayoría de los lugares sigue teniendo recorte nacional. Por el otro lado, está la disciplina que a nivel de las ciencias sociales se nota una diferencia impresionante en todos los aspectos, pero básicamente en las posibilidades que las sociales tienen de visibilidad dentro de estos grandes sistemas. En las sociales todavía se produce mucho en libros (aunque viene cambiando bastante en este último tiempo). Pero en las ciencias naturales el libro no existe. Y, por el otro lado, el tema del idioma hoy está segmentando los circuitos con mucha fuerza. Este triple principio de jerarquización (disciplina, lengua, institución) nos permite analizar una situación concreta de dependencia/autonomía académica. Yo analizo Argentina, o analizo este sector en el campo argentino que es el de las universidades, y, bueno, tengo que ver todos estos aspectos: la institución en la que está anclada esa comunidad o ese investigador, el idioma en el que publican y la disciplina en la que están, todo para entender qué posición ocupan dentro del sistema científico mundial.

NETSAL: Esa cuestión es muy interesante. ¿Es posible medir la dependencia intelectual o la dependencia académica? Incluso los autores que, como Alejandro Blanco, trabajaron sobre el proceso de institucionalización de las ciencias sociales en la región, afirman que había una perspectiva de adoptar patrones universales de sistematización de la producción científica pero que, en realidad, era un patrón que tenía una influencia muy grande de la sociología norte-americana de la época, particularmente, Parsons y Merton. Y había un debate en Brasil entre dos sociólogos, Florestan Fernandes de la USP y Alberto Guerreiro del ISEB de Rio. Guerreiro hacía una crítica, creía que una adopción de eses patrones metodológicos sin que pasaran

por un proceso crítico y una adaptación a la realidad nacional para poder aplicarlos llevaría a una forma de "dependencia académica". Porque es verdad que es necesario tener ese conocimiento universal y lidiar con esas teorías pero siempre adaptándolas a la realidad local/nacional. ¿Cómo ves eso en términos de una tentativa de medir esa dependencia académica? ¿Hay instrumentos para medir eso?

FB: Pienso que sí, que los hay. Y, de hecho, es una discusión en la que estoy ahora inserta en un proyecto internacional que se llama INTERCOSSH. Es un programa financiado por la Comunidad Europea que está dirigiendo Gisèle Sapiro desde París… En el dossier que coordiné recientemente en Current Sociology (Vol. 62/5), hay estudios sobre la cultura evaluativa y los circuitos internacionales en los que participamos como América Latina a nivel de revistas; en ese mismo dossier hay artículos que intentan medir la presencia de un vector local en las discusioens de las ciencias sociales en Chile, la dinámica de la colaboración internacional, el peso de la publicación paga en Nigeria, etc. Estamos todos trabajando en términos de tratar de ver justamente cómo se mide esa dependencia académica porque si vos lo medís sólo en términos de recursos, o de las famosas *reaserch capacities*, el informe de la UNESCO de 2010 te muestra efectivamente avances importantes en cuanto a cantidad de investigadores por cantidad de habitantes, los clásicos indicadores…

Ahora bien, los trabajos que más han intentado cuantificar a nivel de contenido la influencia, la vieja y famosa cuestión de la influencia, tienen un problema porque analizan todo a partir de la citación. En los sistemas de indexación *mainstream*, como ISI o SCOPUS es bien claro que hay una relación Norte–Sur o más bien Sur–Norte en la investigación colaborativa y muy poca o nula colaboración Sur–Sur. Eso surge naturalmente en estos estudios. Si lo ves por citación y el informe de la UNESCO de 2010 es clarísimo, hay tres o cuatro trabajos que muestran cómo ha bajado la cantidad de citaciones de autores afiliados en América Latina respecto de hace diez años y cómo los latinoamericanos cada vez citamos más a los norteamericanos o a los europeos. Ahora, todo eso está hecho sobre la base de *ISI*. Todo eso está hecho sobre un sistema de indexación que es el *Social Science Citation Index*. Entonces, cuando vos empezás a ver otras bases en open Access o trabajás con otros datos empíricos, por ejemplo, el trabajo de Gaillard y Arvanitis sobre colaboración internacional se basa en una encuesta y no da la misma imagen, no muestra lo mismo que muestra la publicación en el circuito *mainstream*. Por eso, yo les decía que el *mainstream* necesita que haya mucha periferia,

necesita que la haya porque si no deja de ser centro. Es el espejo en el que se mira aunque esté mirando de costado. Pero está mirando para que siga siendo un centro elitista o jerarquizado.

En ese *dossier* hay un trabajo de Claudio Ramos, excelente, un autor chileno que justamente lo que hizo fue tomar en los últimos diez años todo lo que se produjo en antropología, ciencia política y sociología. Pero me refiero a libros, artículos, no solo artículos publicados en un index o en otro, no sólo los reportes de citaciones elaborados por aquellos sistemas… El esfuerzo es brutal. Ya no me acuerdo la cantidad de artículos y libros que tomó como *corpus*. Pero lo que hizo fue tomar a los autores citados para hacer un análisis de redes e ir viendo en qué medida se vinculaban y cuántas veces eran citados. Por supuesto que hay Habermas, por supuesto que hay Goffman, hay Bourdieu, hay los grandes autores. Pero el vector local es fuertísimo! Incluso en Chile, que es uno de los lugares que uno podría señalar como más dependiente del prestigio vía publicaciones ISI y agendas globales, de hecho hay un estímulo financiero en muchas universidades chilenas que recompensan a cada profesor por publicación ISI.

NETSAL: Acá sólo en algunos centros privados.

FB: En Argentina eso no sería posible en las universidades nacionales, las publicaciones de hecho no son el eje de la evaluación de CONEAU –el equivalente a CAPES-. Hay una resistencia muy grande…en cambio en CONICET es una tendencia cada vez más fuerte, aunque no hay estímulos financieros directos.

NETSAL: Aquí las publicaciones se convirtieron en eje de las evaluaciones de los programas de posgrado, de los posgrados enteros, siendo que en sociología, ciencias políticas y antropología las citaciones son mayores en libros que en revistas. ¿Te planteas hacer algo comparativo con Brasil?

FB: La relación publicación/referencias en libros-papers es un asunto muy importante para explorar. Yo lo estoy haciendo en relación con la producción de los investigadores de CONICET (Argentina) de los últimos 5 años. Con respecto a una comparación con Brasil hace poco estuvo un doctorando de mi equipo, *Maximilano Salatino [estudiante de doctorado de la UNCuyo que hizo una estancia doctoral en el IESP-UERJ en el segundo semestre de 2014*], con el objetivo de armar una base de revistas brasileñas

para hacer una comparación con Argentina. De Argentina ya hemos hecho una base del universo de revistas científicas. Un trabajo enorme, la verdad, el caso de Brasil es monstruoso, son miles. En Argentina en ciencias sociales tenemos 427; pero una parte importante (150) no están indexadas, se editan mayormente en papel y circulan muy restringidamente en las universidades donde son publicadas.

NETSAL: Afirmas en tu trabajo y también comentaste ahora acerca de esa configuración desigual de los circuitos académicos a nivel internacional. Quería que hablaras sobre cuáles son las estrategias que ves actualmente que permitirían un quiebre de estas barreras. Y también que hablaras sobre la actuación de esas instituciones, creadas en otro período, como la FLACSO, o CLACSO, a la hora de fortalecer un circuito regional.

FB: A nivel institucional estamos trabajando Argentina y Chile como campo científico y en su devenir, pero instituciones como FLACSO, CLACSO, CEPAL entre los 1960 y 1970 se nutrieron mucho de lo que llamé la "diplomacia académica". Pero actualmente las publicaciones, las redes y la investigación colaborativa tienen un peso singular. A nivel del sistema de publicaciones. Estamos tratando de explorar los circuitos a partir de las publicaciones que los componen. Por ahora vengo trabajando con cuatro circuitos que atraviesan los espacios nacionales…por una parte, un circuito *mainstream* que básicamente es *ISI*, que es lo que fue el corazón de todo ese corset de normas y el deber ser de la publicación... Sobre todo para quienes quieran ingresar internacionalmente en esos espacios de competición. Se puede ahí sumar SCOPUS, y algunos otros indexadores de ese tipo. Estamos armando un estudio que nos permita ver quiénes publican de América Latina ahí y de qué instituciones. O sea, trabajar las revistas para bajar hacia dónde están institucionalmente, en qué idioma escriben y de qué disciplina son. Después, hay un circuito transnacional, muy amplio y complejo donde hay un movimiento de *open access* muy fuerte, cada vez más fuerte, que abre caminos realmente muy importantes a la posibilidad de romper con estas barreras. En ese circuito transnacional hay infinidad de redes y nuevas redes, importantes también para África. Estoy pensando, por ejemplo, en el *African Journals On Line*… Sistemas on-line nuevos que han permitido la difusión de la producción africana.

Y después, hay un conjunto de sistemas en América Latina dentro de los cuales ahora hay disputas y disputas nuevas porque SCIELO fue adquirido recientemente por

ISI (Thomson Reuters). Ese movimiento no es tan conocido todavía porque está en proceso. Pero en Argentina, lugar donde jamás se habría podido, por ejemplo, medir en términos de productividad… Ni siquiera en los sistemas como el Lattes de ustedes, ni siquiera se incluye en qué indexación están las revistas porque habría una resistencia en los investigadores argentinos. Existen dentro del circuito latinoamericano un gran grupo que está publicando en revistas indexadas en LATINDEX y eso es un número importante de revistas que hoy forman un circuito interesante de redes de intercambio. Redalyc que tiene un grupo menor pero también de importancia, y SCIELO, que si bien la cantidad de revistas no es tan grande, el esfuerzo ha sido enorme. Han incorporado muchas disciplinas que no son de las ciencias sociales. Es la base más heterogénea a nivel disciplinar. Pero, bueno, este cambio que les mencionaba impacta directamente por ejemplo en el caso argentino. Hace dos meses el CONICET tomó la decisión de jerarquizar las revistas de ciencias sociales para las evaluaciones de ingreso a carrera (que antes no estaban jerarquizadas oficialmente) y era una pelea que se resolvía en cada evaluación entre las comisiones asesoras y la junta calificadora de méritos que es la que recomienda al directorio. Antes Latindex-catálogo era considerada grupo I… (Ustedes acá tienen otra clasificación, tienen A, B en Qualis...) Pero, bueno, nosotros teníamos tres grupos y la mayor parte publicaba en revistas indexadas en Latindex catálogo pero ahora CONICET tomó la decisión de que el grupo I es exclusivamente ISI, Scopus y SCIELO. Dejando a Latindex Catálogo en grupo III. Esto va a producir un viraje en la cultura evaluativa y en los estilos de producción de las ciencias sociales si no se modifica rápidamente. El CONICET es el más internacionalizado porque, como les decía, a nivel de la universidad, es otra situación, gran parte de las universidades, sobre todo en las áreas sociales, priorizan más la trayectoria docente.

NETSAL: Cuando hablamos de teoría de la dependencia, Cardoso y Faletto, por ejemplo, subrayan mucho que el tema de la dependencia no es una dependencia externa solamente, es un sistema interno. Y parece que estamos siempre reproduciendo eso. Cuando parece que estamos yendo a otra parte, volvemos a vendernos nosotros mismos a las grandes empresas editoriales capitalistas...

FB: Exacto, exacto… Tomando como propuesta metodológica el concepto de situación histórica concreta de dependencia que está en la línea de Fernando Henrique y de

Faletto, el planteo es que la dependencia es una relación, es un vínculo, o sea, no es un fenómeno exterior. Hay dos puntas en ese vínculo….

NETSAL: En América Latina cobró mucha importancia el tema de la colonialidad, que pone mucho énfasis en el tema de epistemologías distintas en el Norte, en el Sur y en América Latina. De alguna manera se vincula al tema de la dependencia pero no es muy claro cómo se relacionarían ambas cosas. Te pregunto cómo tu investigación se relaciona con esto.

FB: En el debate están efectivamente vinculados. Sobre todo, por ejemplo, en un planteamiento como el de Alatas… En el debate hay una vinculación porque buena parte de los que tenían interés por la dependencia académica sostienen que existe una dependencia, una subalternidad, digamos epistemológica, histórica. Entonces, en general en las miradas de largo plazo, el planteamiento es que sobrevive una colonialidad, una colonialidad del conocimiento. Si vos lo ves en términos de largo plazo, es imposible negar la persistencia de la colonialidad. Desde el punto de vista de lo social es imposible negarlo, la persistencia de formas de dominación, de eso no tengo dudas. El tema es la relación con lo que sería el "imperialismo académico", una colonialidad científica o académica y las formas de dependencia a las que yo me estaba refiriendo. O sea, si vos considerás que existe un colonialismo académico o un imperialismo académico, tenés que suponer que hay un grupo, una comunidad aculturada completamente. Yo creo que la diferencia del objeto es importante porque pensar que nuestros campos académicos son hoy objetos de esa subalternidad absoluta… Incluso cada vez que tengo oportunidad de discutir con alguno de ellos en algún congreso, les pregunto, bueno, si el planteo es de esa radicalidad, si todo lo que se produce acá tiene una raigambre colonial o es parte de este tipo de epistemología occidental homogeneizante, ¿entonces no existe posibilidad de salir? Porque somos todos parte.

NETSAL: El circuito trasnacional sería imposible, por ejemplo…

FB: Por supuesto. Y aparte es poco productivo reducir toda forma de dominación a la dominación colonial porque homogeneiza en abstracto una perspectiva de largo plazo de cinco siglos que todos podemos acordar en que pesa como base, pero lo que

necesitamos explorar son los procesos concretos actuales. Existen algunos estudios que prueban en las ciencias naturales una suerte de división internacional del trabajo en estos consorcios internacionales que recolectan información sobre enfermedades para después analizarlos ellos en el centro. Pero son casos muy particulares y de algunas disciplinas. Pero hablar en términos de colonialismo académico en general o de imperialismo académico, necesariamente debemos generalizar en largo plazo y salir de las situaciones histórico-concretas de dependencia porque en la actualidad encontraremos con seguridad situaciones histórico-concretas de autonomía.

NETSAL: Esa fue siempre una discusión muy fuerte en la sociología latinoamericana. Y antes incluso. El propio Mariátegui tenía una discusión fuertísima entre recepción y creatividad del marxismo. Si no, en un caso como Mariátegui, ¿cuál hubiese sido su aporte? No serviría para muchos de esos… para algunos de ellos, porque hay matices en este grupo también.

FB: Totalmente. Si reducimos todo a la colonialidad ¿qué tendríamos que hacer?, ¿borrón y cuenta nueva? Y ¿quién lo va a hacer? ¿los creadores de la decolonialidad o los postcoloniales?

NETSAL: Hay una cuestión que circuló en algunos momentos que igual podríamos retomar a modo de cierre. Si hubo históricamente momentos más fuertes que otros de este circuito latinoamericano y de una forma de mirar a América Latina, no sólo en términos de colaboración académica y publicación colectiva, de espacios de convergencia, sino también de pensar la región, de pensar América Latina en términos sociológicos, el eterno interrogante que regresa es el siguiente: ¿cómo pensar, en términos metodológicos, la región como unidad de análisis? Para algunos simplemente sería algo así como análisis comparado, comparamos países y ya está. Otros dirían que haría falta una sensibilidad subregional para incluir un poquito México, América Central, la región andina, el Cono Sur, y ahí ya tenemos una totalidad de la región que permitiría la comparación de forma más integral. Otros fueron más complejos en términos del análisis de escalas, de procesos, de problemas. ¿Cómo ves esa cuestión hoy?

FB: En el mundo académico, el mundo de las publicaciones, es posible pensar América Latina a partir de la circulación del conocimiento. Tratar de construir estos circuitos para comprender cómo es la producción latinoamericana, te permite ver que existe realmente una producción que es latinoamericana … Vos me decías "¿qué revistas pueden jugar un papel?". Y creo que el desafío está en las revistas regionales que es de lo que menos tenemos. Ese es el gran desafío, las revistas latinoamericanas. Que en los 1960 existían, eran muy pocas pero eran muy leídas, muy leídas. La *Revista Latinoamericana de Sociología*; la *Revista Latinoamericana de Ciencias Políticas*, *América Latina*, *América Libre*… y varias otras revistas que realmente lograban plantear discusiones, incorporando no sólo estudios comparativas sino regionales. Me parece que podríamos aprovechar todo el estímulo que tenemos de estos últimos diez o quince años de rebrote de latinoamericanismo. Lo que está en discusión en el postcolonialismo es la posibilidad de hablar de América Latina. Yo creo que toda esa discusión sobre postcolonialismo está apuntando justamente a debilitar la noción de América Latina, que tiene sus problemas, y que lo sabemos (de hecho es cierto que la mayor coordinación que existe es en realidad sudamericana). Pero a nivel intelectual existe un circuito latinoamericano. A nivel de revistas científicas el circuito incluye los catálogos de Redalyc, SCIELO, Latindex donde se produce y conecta América Latina. Lo que yo estoy haciendo es trabajando el circuito latinoamericano, en relación con aquellos circuitos de los años 1960, y viendo qué cosas han cambiado (que son muchas) de ese circuito académico regional al actual.

Me parece que tenemos muchas razones para seguir pensando que América Latina es un objeto que se materializa en circuitos concretos y reales, que se diferencian del circuito *mainstream*, de los circuitos europeos y que muestran vínculos no solamente binacionales o de comparaciones país a país sino espacios de encuentro y debate sobre una realidad que sigue teniendo sentido mirar regionalmente. A nivel de sistema universitario, por ejemplo, se aprecia en los acuerdos de acreditación universitaria, las conferencias regionales de educación superior… O sea, en todo lo que es el mundo universitario y científico hay muchos esfuerzos de lograr acuerdos regionales de toda América Latina, y eso va marcando algunas pautas para los organismos de acreditación nacionales. En fin, me parece que sí existe un anclaje regional latinoamericano a nivel del mundo universitario y científico. Sin contar con que en el mundo político y social también hay un montón de redes y eso se ha

favorecido; pero en nuestro ámbito tenemos muchas evidencias de que ese circuito regional se materializa y promueve un diálogo entre instituciones e investigadores.

3. A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos sobre a América Latina no Brasil

Breno Bringel[1]
Leonardo Nóbrega[2]
Lília Macêdo[3]

1. Introdução: repensando a América Latina como unidade de análise

O desenvolvimento da sociologia latino-americana foi marcado por diferentes enfoques e interpretações. Formou-se durante boa parte do século XX uma tradição de estudos que vai desde uma tendência a considerar as dinâmicas das sociedades latino-americanas como possuidoras de um caráter inadequado e desviante em função das diferenças em relação ao quadro histórico e social europeu até uma visão crítica que procurou problematizar a condição de tal região, inserindo-a no quadro dos processos e estruturas mundiais. Ainda que conduzidos por abordagens variadas e tratando de questões específicas, estes estudos tiveram o olhar voltado para a América Latina, tomando-a como sua unidade de análise.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, e resultar de uma análise menos detida e superficial, essa unidade não possui um significado óbvio ou o aspecto de uma coisa dada e imediatamente compreensível. A complexidade desta categoria revela-se especialmente quando se busca localizar um eixo, para além da mera convenção da circunscrição geográfica, a partir do qual postula-se uma unidade. Tal eixo foi relacionado com fatores como o processo histórico de dominação colonial, determinada matriz religiosa, aspectos culturais, linguísticos ou políticos como os regimes ditatoriais da história mais recente, entre inúmeros outros elementos que poderiam ser elencados. Entretanto, quando analisados mais cuidadosamente, cada um destes aspectos expressa uma imensa diversidade devido à forma assumida em cada local. Trata-se, portanto, de uma categoria erigida em um universo profundamente

[1] Professor do IESP/UERJ e coordenador do NETSAL.
[2] Doutorando em Sociologia pelo IESP/UERJ e pesquisador do NETSAL.
[3] Mestranda em Sociologia pelo IESP/UERJ e pesquisadora do NETSAL.

complexo, colocando enormes desafios diante das pesquisas que lidam com ela e que, muitas vezes, encontram dificuldades para a operacionalização do conceito.

Não foi somente no plano teórico e metodológico das ciências humanas e sociais que esta categoria ganhou forma. Ela foi elaborada também em outras esfera, passando a informar visões de mundo, concepções e anseios políticos. Neste sentido, suas raízes históricas são bastante remotas e se vinculam, por exemplo, ao ideário político que envolveu as lutas pela independência no período colonial assim como outros períodos históricos em que a identidade vinculada à região foi mobilizada. A noção está presente na atualidade no repertório conceitual de diversos movimentos sociais e pode embasar as propostas políticas de organismos internacionais e a formação de blocos regionais. É preciso ainda destacar as elaborações realizadas no campo artístico e cultural em torno da categoria, lhe conferindo os mais diversos matizes em um quadro de reformulações e apropriações constantes.

Neste contexto é fundamental que a discussão sociológica não passe ao largo de tais construções e procure estar em diálogo permanente com elas. No quadro assim traçado se entrecruzam diferentes formulações do conceito o que torna ainda mais complicada a questão que diz respeito ao seu sentido epistemológico uma vez que pode ser tomado tanto como um conceito teoricamente elaborado para abordagem da vida social quanto uma categoria que está presente em seu interior.

Atualmente, no campo das ciências humanas e sociais brasileiras, as pesquisas voltadas para América Latina tem adquirido um novo vigor. Trabalhos com diferentes objetivos e das mais diversas áreas abarcam, em alguma medida, a temática, de modo que um campo de discussões tem se consolidado e é possível que se amplie nos próximos anos. Sugerimos que esta configuração do campo científico pode estar em sintonia com reconfigurações da política externa do país que tem travado novas relações com os países da região e assumido novos papéis na dinâmica internacional.

Em meio a este cenário, explorar experiências analíticas anteriores mostra-se como um caminho profícuo para o enriquecimento da discussão da América Latina como unidade de análise, resgatando tradições do pensamento sociológico que tiveram um papel importante no desenvolvimento deste campo de estudos. Esta perspectiva traduz as principais inspirações que originaram o projeto de pesquisa "A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos latino-americanos no Brasil", coordenado por Breno Bringel e que está sendo desenvolvido em conjunto por pesquisadores do Núcleo de Estudos de Teoria Social e

América Latina (NETSAL) dentro da linha de pesquisa "América Latina". Tal projeto de pesquisa iniciado em 2014, e com previsão de duração inicial de três anos, conta com financiamento da UERJ e da FAPERJ e se insere nas fronteiras da história da sociologia, a geopolítica do conhecimento e os estudos latino-americanos. Busca discutir a trajetória dos estudos sobre a América Latina no Brasil, enfatizando, como um de seus principais capítulos iniciais, a experiência pioneira do CLAPCS, fundado em 1957 no Rio de Janeiro, a través de uma iniciativa da UNESCO. A hipótese geral que vertebra o desenho da pesquisa é a de que há uma relação intrínseca entre as reconfigurações geopolíticas/geoeconômicas/geoculturais (baseadas nas alterações das relações entre espaço e poder e nas transformações da posição da América Latina no sistema mundial ao longo do tempo) e a emergência de geopolíticas do conhecimento que configuram um olhar das Ciências Sociais, e particularmente da Sociologia, para a América Latina como região. Embora o foco principal do projeto seja a análise dessa relação entre geopolítica do poder e geopolítica do conhecimento entre as décadas de 1950 e 1970 (período de funcionamento do CLAPCS), serão explorados também, após o fechamento do centro, os novos rumos da sociologia latino-americana praticada no Brasil em consonância com as transformações geopolíticas e com as mudanças acontecidas no interior das ciências sociais. Avançamos aqui, no presente texto, alguns pontos de partida e desdobramentos iniciais da pesquisa.

2. O CLAPCS como capítulo inicial de um latino-americanismo brasileiro?

Duas apreciações essenciais dão ensejo para esta pesquisa. Por um lado, destaca-se a necessidade de uma profunda problematização da concepção de América Latina. Ainda que a história do conceito aponte que em vários momentos ele esteve atrelado a uma abordagem orientada pelos interesses de expansão da influência e dominação de forças exteriores sobre a região, como as oriundas de potências europeias ou dos Estados Unidos, busca-se romper com esta visão e têm-se no horizonte a possibilidade de uma formulação crítica do conceito que assente sob outros fundamentos.

Por outro lado, ressalta-se a importância de tematizar os estudos sobre América Latina no Brasil, já que a análise de seu desenvolvimento foi muitas vezes colocada em segundo plano e pouco englobada no debate mais amplo sobre os desdobramentos da sociologia no país, muitas vezes presa tanto em um nacionalismo metodológico como em uma obsessão pela busca da "singularidade brasileira". Nesta direção, as possíveis

particularidades do olhar brasileiro sobre a região, que foram ainda pouco exploradas, podem trazer contribuições relevantes.

O Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), sobre o qual o projeto se detêm, representou um momento importante no desenvolvimento da sociologia latino-americana no Brasil por diversos motivos. Deve-se sublinhar, inicialmente, o fato de ele ter sido uma das primeiras experiências no sentido da articulação de pesquisa nesta área, tendo sido fundado em 1957. Salienta-se ainda a sua grande produtividade em termos do volume de trabalhos realizados, resultando em um enriquecimento teórico, empírico, metodológico e analítico. Assim, ele se configura como um ponto estratégico a partir do qual estas discussões podem ser revisitadas.

A conjuntura em que se baseou a sua criação revela um pouco das suas características ao mesmo tempo em que coloca questões que demandam investigações e que também dizem respeito ao seu funcionamento. Durante a década de 1950, o país passou por muitas transformações que repercutiram nas esferas políticas, econômicas e culturais. O acelerado processo de urbanização, o ideal do desenvolvimento e da modernização incorporado pelos programas de governo, entre outros aspectos, marcaram fortemente esta época e também encontraram a sua expressão no pensamento sociológico o levando a abordar, sobretudo, as questão referentes à transformação social. Este período foi igualmente importante para a conformação da comunidade acadêmica e institucionalização das ciências sociais, consideradas como fornecedoras de conhecimentos primordiais para a orientação das mudanças almejadas. Atuaram neste processo organismos internacionais, como a UNESCO, que apoiou a criação do CLAPCS e forneceu recursos financeiros para a instituição durante alguns anos da sua existência, de 1957 até 1968 (Lippi, 2005).

Assim como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), conforme as análises de Beigel (2009), o CLAPCS também se situava em um espaço de interseção das ações de organismos internacionais de grande peso no cenário mundial, dos Estados, e de uma elite intelectual (Blanco, 2007), formada por pesquisadores de destaque no campo das ciências sociais. As atividades do Centro eram voltadas principalmente para a realização de pesquisas com um escopo espacial mais amplo que a realidade nacional e daí o interesse em investigar como a América Latina era analisada.

A bibliografia sobre o CLAPCS é escassa. A pesar de algumas exceções (principalmente Lippi, 2005), a experiência do centro ainda não foi objeto de análise

sistemático, sendo tratada, na maioria da vezes, de forma indireta em estudos preocupados pela origem da FLACSO na América Latina (Brignoli, 2008; Franco, 2007) ou pelo "projeto UNESCO" (Lengyel, 1986; Maio, 2000). Em termos gerais, poder-se-ia dizer que as pesquisas e autores que se debruçaram sobre o CLAPCS, o fizeram a partir de três campos principais: a sociologia do desenvolvimento, o pensamento político-social, e, mais recentemente, a sociologia dos intelectuais e a história da sociologia latino-americana.

No caso da *sociologia do desenvolvimento*, destaca a preocupação pelas mudanças (geográficas, econômicas, demográficas, institucionais e de grupos sociais) que afetavam o desenvolvimento da região. De fato, a sociologia latino-americana no período de existência do CLAPCS praticamente pode ser considerada como uma sociologia do desenvolvimento (Villas Boas, 2006), onde modernização, integração nacional e dependência são temas chave. Esta centralidade da temática do desenvolvimento aparecia como um elemento de convergência dos estudos sobre a América Latina, estando presentes tanto em um latino-americanismo de caráter modernizador como em uma latino-americanismo mais crítico, de cunho principalmente marxista e dependentista. Este é o tema principal de boa parte dos artigos publicados na *Revista América Latina* do CLAPCS, bem como dos seminários organizados pelo centro.

O *pensamento político-social* é um segundo campo que buscou recuperar a experiência do CLAPCS. Com um viés mais autoral, nacional e também comparativo, tem permitido que alguns autores da região sejam contrastados em sua elaboração sociopolítica e particularidades contextuais (Brasil Jr., 2013). Finalmente, uma linha mais recente e extremamente fértil que, mesmo que indiretamente, também voltou a trazer à tona a experiência do CLAPCS é aquela associada à *sociologia dos intelectuais* e à *história da sociologia latino-americana.* Nesse caso, o foco principal tem sido a análise das redes transnacionais de intelectuais, a circulação e difusão de conhecimento na América Latina e a construção institucional e histórica das ciências sociais em diversos países da região (Beigel, 2010; Blanco, 2010).

Estas três influências são certamente importantes para o presente projeto de pesquisa que, no entanto, pretende aportar um elemento distintivo e complementar. Além de analisar ***o que*** publicavam (sociologia do desenvolvimento); ***quem*** publicava (pensamento político-social) e as ***implicações*** disso em termos de construções de redes transnacionais de intelectuais e de construção institucional em chave regional

(sociologia dos intelectuais e história da sociologia latino-americana), busca-se aqui fundamentalmente examinar ***como*** pensar a América Latina como região, o que remete a uma dimensão metodológica e epistemológica. Esta mesma questão será central para a pesquisa nos momentos posteriores ao fechamento do centro onde as novas geopolíticas do conhecimento serão analisadas vis-à-vis as reconfigurações geopolíticas contemporâneas.

Deste modo, a ideia é dar espaço para a reflexão sobre como esses trabalhos tratavam a América Latina como unidade de análise, abrindo com isto novos desafios e possibilidades para a investigação. Tendo como objetivo geral a realização de um panorama dos estudos latino-americanos no Brasil, a pesquisa se desdobra tanto numa análise da experiência pioneira do CLAPCS, com o olhar voltado para a trajetória latino-americanista nas ciências sociais brasileiras, quanto para seus desdobramentos contemporâneos, buscando mapear os centros, institutos e grupos de pesquisa existentes no Brasil após o fechamento do CLAPCS e sistematizar os eixos temáticos, enfoques e contribuições desses grupos de modo a dar maior precisão ao caráter dos estudos latino-americanos no Brasil.

Um primeiro momento de operacionalização da pesquisa, em estado bastante adiantado, é a análise das publicações do CLAPCS, de modo a extrair a perspectiva metodológica de sua produção no que diz respeito à América Latina como unidade de análise. O CLAPCS teve três tipos de publicações: um boletim (publicado de 1958 a 1962), a Revista América Latina (editada no centro de 1962 até 1976) e diversos livros, fruto de seminários organizados pelo centro.

A Revista América Latina surgiu em 1962 como revista trimestral do CLAPCS, substituindo o Boletim. Uma primeira aproximação a todos os números publicados dos boletins e da revista evidencia uma forte pluralidade regional em termos de autores, destacando entre eles os principais cientistas sociais da América Latina e do Caribe no momento (Gino Germani, Rodolfo Stavenhagen, Aldo Solari, Pablo González Casanova, Jorge Graciarena, Torcuato Di Tella, etc.); um forte diálogo com autores e debates internacionais, fossem eles latino-americanistas ou não (Wright Mills, Alain Touraine, Roger Bastide, entre outros); uma centralidade da sociologia (e em particular da sociologia do desenvolvimento), a despeito da diversidade de disciplinas e âmbitos formativos dos pesquisadores do Centro; e, finalmente, o que talvez seja um dos elementos mais relevantes para nossa pesquisa: dos mais de 250 artigos publicados, aproximadamente 25% deles compara dois ou mais países da região e/ou buscam,

ao analisar a América Latina, gerar uma metodologia comum de pesquisa, de escala regional, que permita conseguir dados e resultados comparáveis dentro de uma unidade de análise que transcendia os estudos nacionais.

Muitos são os temas abordados, sendo possível listar alguns que recebem perceptível destaque. O tema da mudança social é sem dúvida o mais recorrente, estando relacionado a questões como democracia, elaboração de políticas públicas, aos aspectos associados ao mundo rural e suas estruturas estáticas e mutantes (sendo a reforma agrária um tema bastante recorrente), a participação social de mulheres e negros, além da importância do sistema educacional e das elites no direcionamento do desenvolvimento. Também os temas da migração, família, religião, mundo urbano e favelas recebem algum destaque. É interessante notar, dentre as publicações analisadas, um número inteiro dedicado a pensar os próprios periódicos de ciências sociais, já apontando para uma preocupação com a geopolítica do conhecimento e o lugar periférico ocupado pelos países da região. Outro número temático é dedicado à publicação dos documentos referentes a fundação do CLACSO.

Apesar de os dados aqui apresentados não serem definitivos, tendo em vista que a pesquisa se encontra em desenvolvimento, eles corroboram algumas das conclusões apresentadas em outras pesquisas que se dedicaram à compreender aspectos relacionados ao CLAPCS. É o caso da pesquisa pioneira realizada por Lucia Lippi (2005), em que se destaca a centralidade da sociologia do desenvolvimento nas publicações da revista, tendo como suposição que "o processo de modernização em curso faria desaparecer não só o subdesenvolvimento, mas também os desequilíbrios regionais e as injustiças sociais" (Lippi, 2005: 123). O pioneirismo do centro se deu não só no formato científico das suas publicações mas em sua abrangência, ao tomar como objeto de estudo a América Latina. Uma das suposições de Lippi, entretanto, compartilhada por Brignoli (2008: 46-47), é que o centro funcionou como um "enclave", não se interligando com outros institutos de ensino na época e não formando profissionais que dessem continuidade aos trabalhos ali desenvolvidos quando do fechamento em 1976. A própria Lippi, contudo, relativiza sua hipótese ao citar uma entrevista feita com Lícia Valladares, em que esta aponta a influência que o Centro teve na sua formação profissional. Entrevistas com outros membros do CLAPCS, que é objetivo da pesquisa aqui apresentada e um dos próximos passos a serem realizados, pode revelar, portanto, uma influência bem maior do que se supõe na formação de

sociólogos brasileiros, ou ao menos aqueles que estiveram no Rio de Janeiro na época de seu funcionamento.

João Marcelo Maia, em comunicação recente apresentada na ANPOCS (2014), apresentada alguns dados de sua pesquisa sobre diferentes discursos sociológicos periféricos no mundo entre 1950 e 1980, em que o CLAPCS ganha importância central ao apresentar uma espécie de "imaginação social periférica" no Brasil. As publicações da revista América Latina são contrastadas com as publicações do *International Social Science Journal* (ISSJ), editada pela UNESCO a partir de 1949. Tanto a revista América Latina quanto o ISSJ foram formadas sob o escopo de influência da Unesco, tendo influências da formação de uma semântica universalista e de um projeto de globalização inclusiva sob rubricas liberais. Aspectos do processo de descolonização e formação de novos Estados-nação geraram algum conflito, traduzido nas publicações de ambos os periódicos numa tensão entre regionalização e universalização. A elaboração e circulação da teoria da dependência serve como elemento de evidência da ambição intelectual da sociologia latino-americana e da formação de uma semântica periférica preocupada com toda a América Latina. A experiência da revista América Latina é entendida por Maia (idem) como uma tentativa de enfrentamento de uma dinâmica desigual de comunicação intelectual.

3. O pensamento latino-americano no Brasil: tendências contemporâneas

Pensar desdobramentos do pensamento latino-americano no Brasil hoje é o terceiro dos objetivos da pesquisa em andamento aqui parcialmente apresentada. Um levantamento dos grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPQ (Tabela 1) revela um total de 69 grupos das áreas de sociologia, antropologia ou ciência política que têm como um dos interesses centrais a América Latina, sendo que apenas 8 desses não foram fundados nas duas primeiras décadas do século atual (Tabela 2). Apesar de necessitar uma análise mais detalhada, o crescente número de grupos interessados em aspectos relacionados à região aponta para uma valorização recente da América Latina como unidade de análise, muito provavelmente relacionada às iniciativas políticas e governamentais recentes de aproximação dos países. A localização dos respectivos grupos, bem como seus interesses e enfoques temáticos, podem revelar um rico panorama da construção epistemológica da América Latina hoje.

Tabela 1 – Grupos de pesquisa sobre América Latina no Brasil (por áreas)

Área	Certificado	Não atualizado	Total
Antropologia	5	2	**7 (10,3%)**
Ciência Política	24	10	**34 (50%)**
Sociologia	20	7	**27 (39,7%)**
Total	49 (72%)	19 (28%)	**68 (100%)**

* Elaborado com os dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq, busca realizada em 10/2014[4]

Tabela 2 – Grupos de pesquisa sobre América Latina no Brasil (por áreas e ano de fundação)

Ano de Fundação	Ciência Política	Antropologia	Sociologia	Total
85-89	1	0	0	**1**
90-94	1	1	2	**4**
95-99	2	0	2	**4**
2000-2004	3	0	5	**8**
2005-2009	6	5	9	**20**
2010-2013	21	1	9	**31**
Total	34	7	27	68

* Elaborado com os dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq, busca realizada em 10/2014

[4] Os grupos foram selecionados pelo sistema de busca do site do Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes, CNPq (http://lattes.cnpq.br/web/dgp) a partir da identificação do termo "América Latina" no nome do grupo, nome da linha de pesquisa ou palavra-chave da linha de pesquisa.

Outro indicativo relevante pode ser o da concessão de bolsas para que pesquisadores de diversos níveis vinculados a instituições brasileiras realizem pesquisa no exterior (sejam pesquisadores associados a alguma instituição ou alunos de mestrado, doutorado ou doutorado-direto em estágio sanduíche). Até que ponto também há um maior interesse de mobilidade no interior da região? Embora ainda estejamos processando e sistematizando outras fontes correlatas, algumas tendências iniciais podem ser apresentadas a partir dos dados obtidos junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Os dados da FAPESP são referentes ao período de 1992 a 2014. Desse total de bolsas, 62,7% foram destinadas a pesquisas realizadas em países da Europa, 28,7% para os Estados Unidos/Canadá e apenas 5,2% destinados a algum país da América Latina. Os dados parecem desanimadores, ao menos no que diz respeito ao intercâmbio de pesquisadores e estudantes de instituições brasileiras em países da região. Ao dividir os destinos das bolsas em diferentes períodos de tempo, entretanto, uma tendência parece apontar uma curva ascendente. Entre 1992 e 2001, 3,8% das bolsas foram concedidas para intercâmbio em alguma país latino-americano. Esse número é ainda menor, 1,4%, para o período entre 2002 e 2011. Já no período entre 2012 e 2014 esse número sobe para 8,7%, apontando claramente para uma tendência de crescimento no número de bolsista interessados em realizarem intercâmbio em algum país da região.

Tabela 3 – Destino dos bolsistas no exterior – FAPESP (volume total)

Região	Quantidade	%
Europa	168	62,7
EEUU/Canada	77	28,7
América Latina	14	5,2
Outros	9	3,4
Total	268	100,0

* Destino dos bolsistas. Total Período (1992-2014).

Tabela 4 – Destino dos bolsistas FAPESP (por intervalos temporais)

Região	1992-2001		2002-2011		2012-2014	
	Q	%	Q	%	Q	%
Europa	49	61,3	55	75,3	64	55,7
EEUU/Canadá	26	32,5	12	16,4	39	33,9
América Latina	3	3,8	1	1,4	10	8,7
Outros	2	2,5	5	6,8	2	1,7
Total	80	100	73	100	115	100

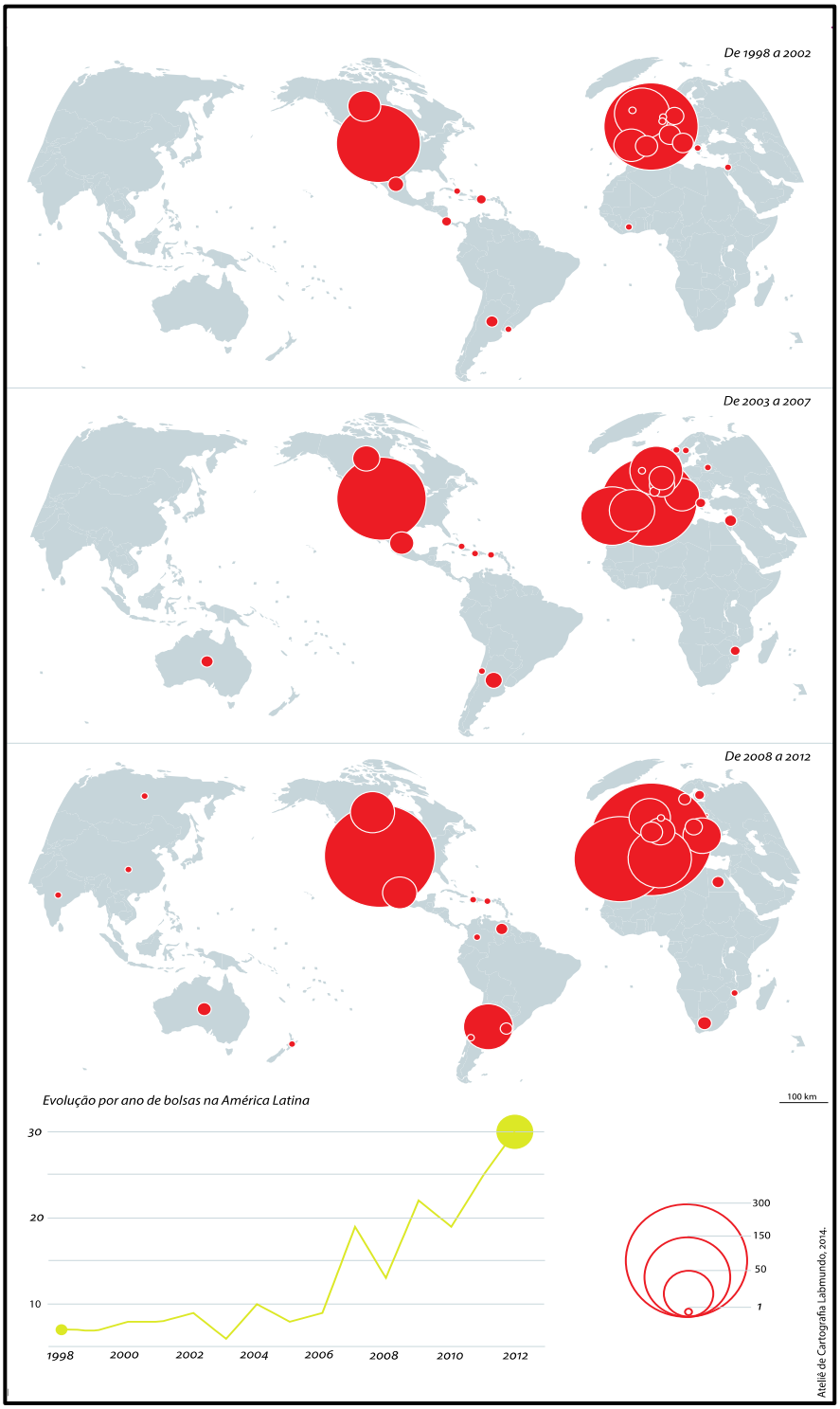
* Destinos dos bolsistas segundo período. Q = quantidade.

Já os dados disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) apresentam taxa também crescente no destino de bolsistas para três países latino-americanos nas áreas de ciências sociais (Sociologia, Antropologia/Arqueologia e Ciência Política/Relações Internacionais): Argentina, Colômbia, México e Uruguai. Em 1998, 1,2% das bolsas ativas foram para Argentina, nenhuma para a Colômbia, 1,2% para México e nenhuma para o Uruguai. Já em 2012 esse número chega a 4,4% para a Argentina, 0,3% para a Colômbia, 2,1% para o México e 0,6% para o Uruguai. O crescimento, apesar de pequeno, corrobora com a tendência apontada na análise dos dados disponibilizadas pela Fapesp.

Apontamos aqui duas tendências interessantes da retomada do interesse pelo pensamento latino-americano no Brasil: o incremento substantivo do número de grupos de pesquisa sobre a América Latina no país e o aumento, menos significativo embora chamativo, do número de estudantes que escolhem um país da região como destino para suas estadias de pesquisa. Muitas outras questões permanecem abertas e serão cobertas nos próximos passos da presente pesquisa, como, por exemplo, as concepções teórico-metodológicas que informam os grupos de pesquisa sobre a América Latina existentes no país. É preciso também qualificar melhor os motivos da emergência dos grupos e dos deslocamentos de pesquisadores. A diferença dos anos 1960 e 1970, anos de ouro da sociologia latino-americana, as agendas de pesquisa parecem hoje mais fragmentadas e não há grandes temas aglutinadores do debate que gerem um acúmulo regional substantivo. Esperamos em breve avançar mais no entendimento dos caminhos, certamente sinuosos, dos olhares sociológicos brasileiros sobre a região. Esperamos que

a imbricação de experiências passadas, como a do CLAPCS, como outras mais recentes permitam estabelecer pontes e pontos de contato na produção da sociologia latino-americana.

Mapa Temático – Bolsas da CAPES em Ciências Sociais no Exterior (1998-2012)



A equipe do NETSAL agradece a colaboração do Ateliê de Cartografia do LABMUNDO, e particularmente a Tássia Camila de Oliveira Carvalho, pela elaboração dos mapas. Os dados empregados são oriundos da própria base de dados da CAPES.

Bibliografia relacionada:

BEIGEL, Fernanda (2014) "Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for ternure in Argentina´s CONICET". *Current Sociology*, June 2014.

BEIGEL, Fernanda (2013) "Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento". *Nueva Sociedad*, n. 245, mayo-junio de 2013.

BEIGEL, Fernanda (Coord.) (2010) *Autonomía y dependencia académica. Universidad e investigación científica en un circuito periférico: Chile y Argentina (1950-1980).* Buenos Aires: Biblos.

_____ (2009) "La FLACSO chilena y la regionalización de las Ciencias Sociales en América Latina (1957-1973)", *Revista Mexicana de Sociología,* México, 71, 2: pp.319-349.

BIRLE, Peter; COSTA, Sérgio; NITSCHACK, Horst (Eds.) (2008) *Brazil and the Americas. Convergences and perspectives*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag.

BLANCO, Alejandro (2010) "Ciencias Sociales en el Cone Sur y la génesis de una nueva elite intelectual (1940-1965)". In: Carlos Altamirano (Coord.) *Historia de los intelectuales en América Latina,* vol. II. Buenos Aires: Katz Editores, pp.606-629.

_____ (2005) "La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos". *Sociologias,* n.14, pp.22-49.

BRASIL JR, Antonio (2013) *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani.* São Paulo: Hucitec.

BRIGNOLI, Héctor Pérez (2008) *Los 50 años de la FLACSO y el desarrollo de las Ciencias Sociales en América Latina.* San José (Costa Rica): Editorial Juricentro.

BRINGEL, Breno (2009) "El lugar de Brasil en América Latina", *Papeles de Trabajo América Latina en el Siglo XXI.* Valencia: Centro de Estudos Políticos y Sociales.

CAIRO, Heriberto (2008) "América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação por sua autonomia". *Caderno CRH,* v.21, n.53, pp.219-235.

CAIRO, Heriberto; DE SIERRA, Gerónimo (Eds.) (2008) *América Latina, una y diversa: teorías y métodos para su análisis.* San José (Costa Rica): Editorial Alma Mater.

CASANOVA, Pablo González (2009) *De la sociologia del poder a la sociologia de la explotación. Pensar América Latina en el siglo XXI.* Bogotá: Siglo del Hombre Editores / CLACSO.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIENTA, Eduardo (Orgs.) (1998) *Teorías sin disciplina. Latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate.* México: Miguel Ángel Porrúa.

DOMINGUES, José Maurício (2009) *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

FERES JUNIOR, João (2005) *A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos.* Bauru: EDUSC / ANPOCS.

FRANCO, Rolando (2007) *La FLACSO clásica (1957-1973). Vicisitudes de las Ciencias Sociales latino-americanas.* Santiago: FLACSO Chile.

GARRETÓN, Manuel Antônio (2006) "América Latina como unidad analítica: del desarrollo a la globalización". Columna en Latin American Studies Association (LASA) Forum, vol.XXXVII.

LENGYEL, Peter (1986) *International Social Science: the UNESCO experience.* New Brunswick: Transaction Books.

LIPPI, Lucia (2005) "Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias,* Porto Alegre, ano 7, n.14, pp.110-129.

MAIA, João Marcelo Ehlert. "Um capítulo do pensamento social periférico no Brasil: o caso da revista América Latina". Trabalho apresentado no GT 28 - Pensamento Social no Brasil do 38o Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

MAIO, Marcos Chor (2000) "O projeto UNESCO: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". *Revista USP,* São Paulo, n.46, pp.115-128.

MARTINS, Paulo Henrique (2012) *La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria.* Buenos Aires: CICCUS.

MICELI, Sérgio (Org.) (1989) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice.

MIGNOLO, Walter (2007) *La idea de América Latina. Herida colonial y la opción decolonial.* Barcelona: Gedisa.

ORTIZ, Renato (2008) *A diversidade dos sotaques: o inglês e as ciências sociais.* São Paulo: Brasiliense.

PEREYRA, Diego (Comp.) (2011) *El desarrollo de las Ciencias Sociales. Tradiciones, actores e instituciones en Argentina, Chile, México y Centroamérica.* San José: FLACSO Costa Rica.

PRECIADO, Jaime (2008) "América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia". *Caderno CRH,* v.21, n.53, pp.251-265.

PERUS, Françoise (2009) "Los estudios latino-americanos: de nueva cuenta en busca de si mismos". *Nostromo, Revista Crítica Latinoamericana,* México, año 1, n.2.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (Coords.) (2006) *Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e o Caribe.* São Paulo: Boitempo Editorial.

SLATER, David (2004) *Geopolitics and the post-colonial: rethinking North-South relations.* Oxford: Blackwell Publishing.

SVAMPA, Maristella (2008) *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político.* Buenos Aires: CLACSO.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (1987) "Castelos na Areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964)". *BIB,* Rio de Janeiro, n.24, pp.41-60.

TRINDADE, Helgio et al. (Coord.) (2007) *Las Ciencias Sociales en América Latina*. México: Siglo XXI.

VIALES HURTADO, Ronny; DÍAZ ARIAS, David; FRANZÉ, Javier (Comps.) (2011) *América Latina: conceptos y conflictos.* San José: Nuevas Perspectivas.

VILLAS BOAS, Glaucia (2006) *Mudança provocada*: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV.

4. "Campo", dependência e extroversão intelectual: uma nota

José Maurício Domingues[5]

Na teoria de Pierre Bourdieu (1992), os "campos", embora cada um deles sempre em comunicação com outros campos e em relações de disputa com eles, são ou devem ser, para serem assim adequadamente caracterizados, capazes de manter sua autonomia de maneira mais ou menos clara e intensa. Essa autonomia significa parâmetros internos próprios. Tendo isso em vista, pode-se sugerir a hipótese de que, em contrapartida, em países periféricos e semiperiféricos, bem como dependentes, isso é muito mais difícil e improvável, ao menos em certas áreas da vida social, porquanto o impacto de campos semelhantes e lugares com mais poder que eles próprios seja superior ao que podem manejar com autodeterminação. Pode-se sugerir ainda que, nesse sentido, o campo intelectual e acadêmico periférico ou semiperiférico teria problemas para desenvolver uma lógica interna, sofrendo fortemente o impacto de outros campos intelectuais e acadêmicos centrais, que possuem mais poder, por variadas razões. Trata-se de velho – mas nem por isso desimportante – tema do pensamento latino-americano, que se repõe de maneiras sutis e variadas hoje em dia, por razões "estruturais", que implicam a produção, publicação e circulação do conhecimento (ver Beigel, 2011).

Isso não quer dizer que não haja – em graus diversos – a tradução das teorias e programas de pesquisa desenvolvidos no centro nessas periferias e semiperiferias, nem que seus problemas não sejam tematizados, ao menos a partir do momento em que certo grau de amadurecimento da vida intelectual e acadêmica é alcançado nos países que as compõem, como é o caso dos latino-americanos. Aquela dificuldade de construção de autonomia ocorreria em função exatamente da inserção do país de maneira desfavorável internacionalmente – isto é, de forma dependente. Isso significa que o campo seria fundamentalmente, ou em grande medida, heterônomo, com o alcance prático e o prestígio que confere a produção intelectual e científica ainda em larga medida concentrado nos principais circuitos de produção e publicação europeus e

[5] Professor do IESP/UERJ e coordenador do NETSAL.

estadunidenses, não obstante esforços para, aqui e ali, romper com essa desigualdade de poder, essa específica geopolítica do conhecimento.

Uma vertente francesa de interpretação da África, em oposição a teorias simplistas da dependência – que a definem como se exercendo basicamente de fora para dentro, por parte no caso, como de modo geral nas teorias da dependência, dos poderes ocidentais – propôs outra solução para esse tipo de problema (Bayart, 2005). Fala-se assim de "extroversão", conceito por meio do qual se buscou acentuar os elementos internos que fazem com que um país esteja voltado para o exterior. Trata-se de boa ideia, mas não me parece que seja o caso de opor essas duas perspectivas. Se tomamos os melhores exemplos das teorias da dependência e a pensamos como sendo em grande medida articulada por forças internas (Cardoso e Faletto, 1970), ela se faz compatível com a ideia de extroversão, que não deve descurar, por outro lado, do exercício real das forças externas na determinação – heterônoma por parte daqueles que as sofrem – dos países submetidos ao domínio de poderes coloniais, imperialistas ou algo do gênero. Seus campos seriam assim, ao mesmo tempo e em função das mesmas relações, dependentes e extrovertidos, em parte como resultado de processos que têm sua dinâmica fundamental fora desses países, em parte pela forma como se estrutura a vida intelectual dentro deles próprios.

Em algum momento da segunda metade do século XX, este tema foi visto como possivelmente superado pelo amadurecimento das ciências sociais nos diversos países da América Latina e pela formação de um campo de pesquisa e de debates internos. Na discussão pontificaram, com destaque, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e Gino Germani, entre outros. Curiosamente, com o desmonte do campo intelectual e do intercâmbio da sociologia latino-americana a partir da ascensão das ditaduras nos anos 1960 e 1970, a questão retrocedeu na prática. A heteronomia – dependência e extroversão – do campo intelectual latino-americano aumentou novamente, embora haja esforços para mais uma vez diminuí-la. No Brasil, como se sabe, isso é forte e o debate intelectual, bastante débil. Pouco parece fazer por ele a introdução de certas correntes que curiosamente se difundem do exterior para cá, mesmo se capitaneadas por intelectuais latino-americanos, de cunho "descolonial" ou algo semelhante, na criação de um ambiente intelectual relativamente autônomo, que obviamente não prescinde de um diálogo intenso com o exterior, em particular com outros espaços semiperiféricos e periféricos.

Tampouco problematizações em torno a "epistemologias do Sul" parecem ajudar muito nesse sentido, sobretudo quando o próprio significado do termo permanece indefinido (tendendo, a meu ver equivocadamente, hoje a significar conteúdos substantivos em que o não ocidental é negativizado, antes que se referindo a operações lógicas do pensamento e aos processos de construção do conhecimento, sem prejuízo do que há de denúncia válida, infelizmente até hoje, naquela identificação de temas substantivos). No primeiro caso, pode-se mesmo, de maneira sutil, reafirmar a heteronomia; no segundo, esquecesse-se – ou se desconhece – o que apareceu por exemplo nos escritos de Pauli Houtondji (1977) sobre a pluralidade das abordagens fora do Ocidente e que o que importa é a capacidade dos investigadores fora do centro de pensarem por conta própria, principalmente produzindo *teoria* de forma mais ou menos autônoma. Em sua perspectiva a questão seria apropriar-se do que a modernidade de modo geral produziu, aí incluídas a filosofia e as ciências sociais modernas, emprestando-lhe direções próprias.

Isso obviamente não nos dispensa de tematizar epistemologicamente nossas teorias e conceitos, bem como a relação que nossas próprias realidades – latino-americanas ou de qualquer outra parte do mundo – entretêm com as teorias e conceitos surgidos na Europa ou nos Estados Unidos. Mas parece ser na capacidade de autodeterminação intelectual que se jogam hoje em grande parte os destinos das ciências sociais brasileiras. Em outras palavras, em nossa capacidade de criar uma esfera própria de produção teórica – em diversos planos – e de debates propriamente intelectuais que recusem o culto excessivo de autores estrangeiros (nem se por modismo forem indianos ou coisa semelhante), sem por outro lado apostar na afirmação de particularismos que falsificam a inserção do Brasil na trajetória humana e em particular seu pertencimento à modernidade. Essas seriam formas de manter-se de fato na subalternidade e mostrar-se incapaz de construir o que seria decisivo, em outras palavras, a conformação de uma teia intelectual, uma "subjetividade coletiva" de tipo específico,[6] capaz de levar mais longe o debate próprio ao "mundo das ideias", que se centra hoje na universidade, estendendo-o no plano da "esfera pública" e em outras conexões.

[6] Este é conceito de *sistema social* que me parece permitir uma construção mais flexível que as de "espaço social" e "campo" de Bourdieu, que se mostram demasiado rígidos e pré-determinados, com a segunda evidenciando ademais tendencialmente um fechamento excessivo sobre si mesma, além dos problemas relativos à própria definição de agente que se encontra em sua teoria, demasiadamente determinado pelo habitus, cujas origens são, porém, obscuras.

É portanto fundamental uma capacidade de dinamização interna mais acentuada – que pouco tem a ver com os critérios de avaliação e normativização da Capes, mas sim com o próprio debate intelectual –, ainda que sejam importantes também a permeabilidade às demandas da sociedade em geral e a conformação de redes, mais amplas, com agentes externos ao mundo universitário, intelectual-acadêmico (com movimentos sociais, partidos, imprensa – hoje um nó extremamente problemático –, editoras, etc.). Há vários tipos de intelectual, sem dúvida, mas, embora haja inúmeros "sistemas peritos" e aqueles que são os "intelectuais orgânicos" dos mais diversos tipos de organizações e movimentos, esta é uma atividade que têm seus requisitos e lógica própria. As especificidades das áreas de pensamento e pesquisa precisam ser preservadas e valorizadas, tendo hoje o mundo intelectual seu centro na própria universidade, especialmente em um momento em que a desvalorização do pensamento – que se aprecia quase que apenas em suas versões mais pragmáticas – parece ser na prática uma prioridade da "racionalização" dos sistemas políticos (incluídos aí os partidos) e do capitalismo. O contrário hoje caracteriza em grande medida nossa vida universitária, altamente institucionalizada, relativamente internacionalizada (de forma subalterna) e pouco afeita ao debate intelectual propriamente dito.

Há tradições nacionais diversas e não caberia pensar em uma autonomia do campo intelectual ao estilo da França do século XX, cujo legado de todo modo não é desprezível (Bourdieu, 2012, pp. 348-51 – com referência ao embuste dos "novos filósofos") e que hoje talvez seja em parte um imperativo das ciências sociais brasileiras, em particular se um campo de debate é mais bem estruturado do que o que temos presentemente, não obstante as múltiplas atividades das associações científicas das áreas de ciências humanas. Isso é o que nos facultaria melhor inserção inclusive nas discussões públicas. Mas é sobremaneira importante sermos capazes de nesta nossa semiperiferia brasileira avançar intelectualmente em termos de uma relação mais equilibrada com o centro. Não se trata apenas de produzir profissionalmente, senão de gerar uma discussão mais ampla sobre nossa trajetória, inserida em um mundo cada vez mais complexo.[7] Como sugerido, este é problema que se repõe, mas isso somente será possível se formos capazes de construir, cumulativamente, este nosso próprio espaço de

[7] Busquei, em certo número de publicações, tratar desses temas dos intelectuais e da teoria semiperiférica ou periférica, inclusive da polêmica entre Ramos e Fernandes, bem como visitando a América Latina, a Índia e outros países e regiões, vinculando o tema à questão da modernidade e da modernização. Ver em particular Domingues, 2003 e 2011.

debate, sem nos rendermos à extroversão ou à dependência, em suas mais diversas e inclusive disfarçadas manifestações.

Referências:

Bayart, François (2005) *L'État en Afrique. La politique du ventre*. Paris: Fayard, nova edição.

Beigel, Fernanda (2011) "Dependencia académica", *Diálogo global*, vol. 2(2).

Bourdieu, Pierre (1992) *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ litéraire*. Paris: Seuil.

Bourdieu, Pierre (2012) *Sur L'État. Cours au College de France*, 1989-1992. Paris: Raison d'agir e Seuil.

Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo (1970) *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

Domingues, José Maurício (2003) *Do Ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Domingues, José Maurício (2011) *Teoria crítica e (semi)periferia*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Houtondji, Paulin J. (1977) *Sur la "Philosophie Africaine"*. Paris: Maspero.

5. Resenha de "Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani"

Juan Pedro Blois[8]

Brasil Jr., Antônio. **Passagens para a teoria sociológica:** Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.

La relación con las teorías y conceptos de los centros mundiales de la disciplina ha sido siempre una cuestión problemática para los sociólogos latinoamericanos. Si en algunos momentos esa cuestión podía perder visibilidad o recibir escasa atención, en otros generó agudas polémicas y debates, movilizando argumentos que, en términos estilizados, se organizaron en torno a dos posiciones. Por un lado, aquella que, defendiendo la "universalidad" del conocimiento científico, no veía ningún problema en la incorporación y aplicación más o menos directa al medio local de los productos teóricos elaborados en los países "avanzados". Por el otro, aquella que, reivindicando las particularidades propias de nuestras sociedades, recusaban la "importación" de lo que veían como una "sociología enlatada" y llamaban a la producción "nacional" de las teorías y conceptos. En una región sometida a diversas formas de dependencia intelectual y académica, la cuestión y problemas de la recepción de las teorías sociológicas elaboradas *en* y *para* otras realidades sociales, no podía –ni puede- dejar de actualizarse una y otra vez. En este marco de discusiones, propio de una situación intelectual periférica, se inserta el libro *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*, de Antonio Brasil Jr. El libro, basado en su tesis de doctorado[9], se propone analizar y reconstruir el proceso de recepción –o "aclimatación" según la fórmula escogida por el autor- de la denominada sociología de la modernización en las dos figuras centrales de la renovación de la sociología brasileña y argentina de mediados del siglo pasado: Florestan Fernandes y Gino Germani.

[8] Bolsista de pós-doutorado do CNPq e pesquisador do NETSAL.

[9] Defendida en 2012, la tesis fue premiada en el *I Concurso Internacional de Teses sobre o Brasil e a América Latina* organizado por FLACSO y recibió la *Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese* del área de Sociología.

La sociología de la modernización, tal como muestra Brasil Jr. a lo largo de los dos primeros capítulos, se organizó en torno a una serie diagnósticos y esquemas analíticos de cuño funcionalista que buscaban dar cuenta de las profundas transformaciones que por entonces se daban en un conjunto (muy heterogéneo) de países "subdesarrollados". Inspirada en algunos elementos de la teoría de Talcott Parsons –en particular sus *pattern-variables* - y en los desarrollos metodológicos elaborados por Paul Lazarsfeld, esta perspectiva pudo gozar de un fuerte ascendiente y presencia en diversas regiones gracias al decidido apoyo de un conjunto de instituciones norteamericanas e internacionales (entre ellas, la Unesco), que además de financiar sus ambiciosos *surveys* a lo largo y ancho del mundo, promovían su difusión como *la* sociología encargada de dar cuenta de los procesos de transición "tardía" a la modernidad. Según su visión, que Brasil Jr. reconstruye a partir del estudio pormenorizado de dos investigaciones "típicas" (llevadas a cabo por Alex Inkeles y Joseph Kahl), la transición a la modernidad constituía un proceso que se daba de manera semejante en todas las sociedades, independientemente de sus particulares históricas o posición en el mundo. Una vez producido el "take off", según esta mirada, cada sociedad avanzaría, con mayores o menores resistencias, hacia un mismo punto de llegada, caracterizado por la secularización de las actitudes y comportamientos, el desarrollo económico y la democracia política.

Frente a estas elaboraciones, referencias obligadas en la época, Fernandes y Germani no procedieron a una simple incorporación o aplicación pasiva. Lejos de ello, a la hora de analizar sus sociedades y las tensiones e *impasses* que sus procesos de modernización presentaban – que desmentían en los hechos las previsiones de sus pares norteamericanos –, estos sociólogos introdujeron una serie de inflexiones y reorientaciones que distanciaron de manera creciente sus elaboraciones de aquella "matriz original". Según la hipótesis que recorre el libro, Fernandes y Germani, gracias a su profunda sensibilidad histórica, preocupada por captar las especificidades y singularidades de las sociedades brasileña y argentina, realizaron una aclimatación creativa de aquella corriente, lo que llevó a la formulación de unos productos intelectuales bien novedosos. Las particularidades de cada sociedad, señala el autor, no habrían incidido solamente en el contenido de las obras sino, y esto es lo que más le importa destacar, en la propia "forma" o "principio de composición de la teorización sociológica". Según Brasil Jr., en efecto, los desajustes "entre los esquemas importados y la experiencia local", entre una teoría que relegaba la historia y una "materia social"

que se revelaba "problemática", llevaron a estos autores a adoptar, en contraste con las relaciones "universales" y simplificadoras planteadas por la sociología de la modernización, una perspectiva analítica abierta a las contingencias de la historia y lo social.

Si resaltar los vínculos entre las teorías sociológicas y la realidad social no es algo novedoso en la medida en que esas teorías tienen justamente por finalidad dar cuenta de esa realidad, la solidez con la que Brasil Jr. encara la tarea, reconstruyendo en la sucesión de obras de Fernandes y Germani las inflexiones suscitadas por una modernización que desmentía sus promesas originales, es notable[10]. Inspirado en elaboraciones de la crítica literaria brasileña preocupadas por dar cuenta de la relación entre "texto" y "contexto" de una manera "mediada" y no mecánica, el autor, a partir de una lectura atenta y sistemática de los textos y de la movilización de una serie de materiales documentales (que incluyen cartas, apuntes, clases, etc.), ofrece una interpretación que no concibe a los contextos de producción como condiciones meramente "externas", sino como elementos que al "interiorizarse" en las obras, devienen principios organizadores de la misma. Es con ese presupuesto que Brasil Jr. procura captar en la propia *forma* de entender y concebir lo social que Fernandes y Germani pusieron en juego las "marcas" dejadas por las sociedades que buscaron estudiar y a partir de las cuales elaboraron sus reflexiones y propuestas.

En función de lo anterior, y para ver cómo cada experiencia social condicionó una particular aclimatación, Brasil Jr. procede a una comparación sistemática de las principales obras de Fernandes y Germani realizadas entre 1950 y 1970, desde la realización de sus primeras investigaciones empíricas (cap. 3) o conceptualizaciones 'intermedias" (caps.4 y 5), hasta la elaboración de sus "productos teóricos finales" bien distantes ya de la sociología de la modernización (cap. 6). Para llevar a cabo esta empresa, el autor incorpora como "caso de control" las elaboraciones de Talcott Parsons, un sociólogo que "aunque no haya sido un practicante directo de la 'sociología

[10] Para referir sólo dos ejemplos "clásicos", ¿sería posible deslindar la concepción weberiana del poder político como una realidad no reducible al poder económico sin tomar en cuenta la situación alemana (a él) contemporánea en la que la clase "políticamente dominante" –la aristocracia terrateniente- se hallaba en un proceso de franco deterioro económico, mientras la "clase económicamente dominante" –la burguesía- se mantenía apartada del poder político, "inmadura" para ejercer el liderazgo de su nación? Del mismo modo, ¿la vinculación directa y necesaria que Marx hacía entre poder económico y poder político no había sido inspirada por las experiencias asociadas a la Revolución Inglesa y la Revolución Francesa donde las conquistas de una clase en el plano material le habían dado, de forma más o menos rápida, el predominio político?

de la modernización', fue fundamental en su configuración intelectual e institucional". A partir del cotejamiento sistemático y cuidadoso de las elaboraciones de Fernandes y Germani con la obra del sociólogo norteamericano, Brasil Jr. reconstruye los *procesos* de elaboración y reelaboración teórica mostrando cómo, a partir de los desafíos impuestos por "materias sociales" divergentes, cada autor produjo una recepción y reformulación diferenciada de aquel cuerpo de ideas. Inicialmente, es posible constatar una relativa proximidad entre los tres sociólogos, con un Parsons que reconocía las tensiones y conflictos que los procesos de modernización podían conllevar, al lado de un Fernandes y Germani que, apelando a la idea de "demora cultural" o "asincronías", guardaban aún un relativo optimismo sobre las posibilidades de formación de un "orden social competitivo" y una "sociedad democrática". Sin embargo, y sin que medie un intervalo temporal muy prolongado, ante las dificultades de la transición brasileña, controlada por elites que se resistían a los cambios sociales que pudieran menoscabar sus intereses, y de la transición argentina, signada por una secular inestabilidad institucional, las divergencias, no se hicieron esperar. Al tiempo que Parsons adopta una perspectiva cada vez más optimista sobre la modernidad y su tendencia hacia una diferenciación e inclusión crecientes – visión que, como nos muestra Brasil Jr., no se vio afectada siquiera por los intensos conflictos originados en la fallida integración de los negros a la sociedad norteamericana –, Fernandes y Germani, en contextos donde lo moderno no parecía tener aquel poder por el cual "todo lo sólido se desvanece en el aire", hacen de la *profundización* de la sensibilidad histórica la clave de sus miradas sociológicas. Así, si el sociólogo norteamericano, cada vez más fascinado por su esquema de las cuatro funciones (su célebre AGIL) y la idea de la "evolución" social, dejaba poco lugar para la contingencia, sus pares latinoamericanos, en el contexto de sociedades que ponían en cuestión cualquier teleología universal, forjaron una perspectiva que, aun cuando no abandonaba la preocupación por la generación de modelos explicativos, era constitutivamente histórica. Según Brasil Jr., frente a materias sociales "problemáticas", "paradojales" e incluso "enigmáticas", Fernandes y Germani se ven llevados a hacer de la historia y sus contingencias parte integrante de la *forma* en que conciben la teorización sociológica, una teorización que rechaza los modelos "universales" y las generalizaciones que no tengan en cuenta las "asperezas" o rasgos particulares de cada sociedad.

Es a partir de este sensibilidad por la dimensión histórica, forjada en el trabajo con realidades que no se acomodaban a los modelos importados, que los sociólogos

latinoamericanos pudieron, desde sus posiciones "periféricas", develar los "puntos ciegos" de las teorías elaboradas en el centro. Fue claro, en ese marco, cómo esas teorías, que se apoyaban en una experiencia social particular – aquella de Estados Unidos –, generalizaban de modo ilegítimo sus hallazgos a escenarios que le eran ajenos, poco o mal conocidos. Como apunta André Botelho en su prólogo al libro, la aclimatación de la sociología de la modernización permitió "desnaturalizar los propios presupuestos de la teoría central", develando el "carácter contingente de una teoría que, como el funcionalismo de Parsons, se pretendía más allá de la historia". A partir del trabajo creativo de Fernandes y Germani, "se queda sin sustento la concepción parsoniana de que las sociedades modernas convergirían para un único patrón societario independiente de sus secuencias históricas" (p.13).

Si Brasil Jr. a partir de su trabajo "cuerpo a cuerpo" con los textos logra argumentar de modo convincente sobre las inflexiones que las sociedades brasileña y argentina impusieron a la aclimatación de la sociología de la modernización realizada por Fernandes y Germani, una dimensión no explorada en su libro es la influencia de otras tradiciones intelectuales provenientes de "afuera" pero también, y sobre todo, de sus propios países. Si es cierto que tanto Fernandes como Germani plantearon sus iniciativas intelectuales en ruptura con las formas previas de pensar sus sociedades – Germani de hecho gustaba presentarse como un autodidacta –, lo cierto es que la recepción de la sociología de la modernización y su ajuste creativo a la realidades locales estuvo mediada *también* por el conjunto de producciones intelectuales que, de un modo ciertamente variado, había intentado dar cuenta del desarrollo de ambas sociedades y de algunos de los problemas que estos sociólogos ahora se planteaban. Aun cuando el diálogo con esas producciones no fuera siempre explicitado, la relación con ese universo de discursos es un material que, junto con la propia "realidad" social, condicionó la aclimatación de la sociología de la modernización. La idea de Argentina como una sociedad o experiencia "excepcional", que como muestra Brasil Jr., Germani terminó abrazando, no era, por ejemplo, una invención suya, presentando una genealogía bastante más extensa (idea que, en aquellos momentos, el peronismo – aquel movimiento "indescifrable" – no había hecho más que reforzar). Si Brasil Jr. no se propuso explorar esa dimensión – y es siempre algo injusto solicitarle a alguien que haga lo que no se propuso hacer –, la influencia de los textos o tradiciones locales en la aclimatación de las teorías forjadas en otras latitudes constituye una variable relevante cuando se estudia un proceso de recepción intelectual. Por supuesto, al lado de esos

elementos más "textuales", existen también otros de carácter "contextual" que, como los elementos biográficos (abordados en algunos pasajes del libro), las disputas con los pares y otros intelectuales, o las relaciones con las diversas audiencias o públicos no especializados, inciden también en esa recepción.

Sin dudas, el libro de Brasil Jr. constituye una referencia obligada para diversos lectores, para aquellos preocupados por la historia intelectual de la sociología latinoamericana, por supuesto, pero también para aquellos que, desde diversas especialidades y áreas de estudio, están comprometidos con la producción de teorías y conceptos originales desde América Latina[11]. En la medida en que, como nota el autor, "el problema de las complicadas relaciones entre condición periférica y vida intelectual no es un dato coyuntural" (p.283), propio de la época en que Fernandes y Germani desarrollaron sus empresas, sino una realidad estructural aún vigente, la vuelta a *nuestros* clásicos a la que nos invita el autor, de un modo tan estimulante y enriquecedor, bien puede colaborar en la realización de una tarea creativa en la que, pese a los avances registrados en otros planos (con la expansión de los espacios de formación, el aumento de las publicaciones, la producción de reuniones y congresos, etc.), aún queda mucho por hacer. Si es cierto que la sociología y las ciencias sociales, como señala Emilio de Ípola[12], avanzan, no sin cierta paradoja, a partir de una serie de "operaciones de retorno" a sus clásicos, la reivindicación de la tradición intelectual representada por Fernandes y Germani – una tradición que, consciente de los desafíos y problemas impuestos por la dependencia, pudo desarrollar una labor creativa pero al mismo tiempo abierta al diálogo internacional –, constituye una labor de gran relevancia y actualidad.

[11] También sería relevante para aquellos sociólogos del "norte" que se proponen, tal como Burawoy en su conocido artículo sobre la sociología pública, "provincializar" su sociología, bajándola del "pedestal de la universalidad" en el que suele ser ubicada.

[12] *El eterno retorno. Acción y sistema en la teoría social contemporánea*, Biblos, Buenos Aires, 2004.

6. Relação dos Grupos de Pesquisa sobre a América Latina no Brasil

A lista a seguir constitui material de apoio à pesquisa e foi elaborada no âmbito do projeto "A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos latino-americanos no Brasil", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). A tabela distribui as informações centrais sobre cada grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, filtrado pela área de Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). Na seção 3 deste próprio documento, apresentamos um tratamento preliminar destas informações.

Grupo de Pesquisa	Ano de Formação	Professor Responsável	Subárea das Ciências Sociais	Instituição do Grupo	Número de integrantes
América Latina e Política Comparada	2011	Carlos Ugo Santander Joo / João Carlos Amoroso Botelho	Ciência Política	UFG	19
América Latina: Política, Sociedade e Transformações Globais	2008	Carlos Federico Domínguez Avila	Ciência Política	Centro Universitário Euro-Americano - UNIEURO	23
Capital Social e desenvolvimento Sustentável na América Latina: Cultura Política, Cidadania e Qualidade Democrática	1999	Cesar Marcelo Baquero Jacome	Ciência Política	UFRGS	17
Centro de Pesquisa em Comportamento Político, Opinião Pública e Eleições na América Latina	2011	Luciana Fernandes Veiga / Sara Mara Avi dos Santos	Ciência Política	UFPR	12
CIVES: Conceitos, Identidades e Valores Políticos	2011	Marilde Loiola de Menezes	Ciência Política	UNB	11
Crises de Governabilidade e Rupturas Institucionais na América Latina	2010	Gustavo André Aveline Muller	Ciência Política	UFSM/Departamento de Sociologia e Política	4

De-colonização e América Latina	2012	Luciana Maria de Aragão Ballestrin	Ciência Política	UFPEL	12
Democracia e Desigualdades de Condições		Dejalma Cremonese / Rosana Soares Campos	Ciência Política	UFSM	8
Emergências e Emergentes: as classes, os estados, os blocos e as regiões	2013	Pio Penna Filho / Antonio Jose Escobar Brussi	Ciência Política	UNB	5
Estado e capitalismo na América Latina	2006	Aldo Duran Gil / Antonio Bosco de Lima	Ciência Política	UFU	18
GEPAL - Grupo de Estudos de Política da América Latina	2004	Eliel Ribeiro Machado / Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira	Ciência Política	UEL/Departamento de Ciências Sociais	19
Grupo de Estudos e Pesquisa para Alternativas em Relações Internacionais (GARI)	2004	Antonio Theodoro Grilo	Ciência Política	UNESP/Departamento de Educação Ciencias Sociais e Politicas Internacionais	17
Grupo de Estudos e Pesquisas de Políticas Econômicas e Sociais-GEPES	2010	Célia Maria da Motta	Ciência Política	UFMA	12
Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias - GEPOLIS	2007	Joana Aparecida Coutinho / Ilse Gomes Silva	Ciência Política	UFMA	17
Grupo de Estudos sobre os Estados Unidos da América - GEAUFU	2011	Marrielle Maia Alves Ferreira	Ciência Política	UFU	27
Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais	2002	Maria Lucia Frizon Rizzotto / Liliam Faria Porto Borges	Ciência Política	UNIOESTE/Campus Universitário de Cascavel	32
Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN)	2013	Victor Leandro Chaves Gomes	Ciência Política	UFI	30
Núcleo de Estudos da Violência	2012	José Maria Pereira da Nóbrega Júnior	Ciência Política	UFCG	14
Núcleo de Estudos da Violência	1990	Nancy das Gracas Cardia / Sergio Franca Adorno de Abreu	Ciência Política	USP	96
Núcleo de Estudos dos Estados Unidos da América	2007	Frederico Seixas Dias	Ciência Política	UniCEUB	7
Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR)	2011	Alexsandro Eugenio Pereira	Ciência Política	UFPR	31
Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP) / International Relations	1989	Rafael Antonio Duarte Villa / Denilde Oliveira Holzhacker	Ciência Política	USP	29

Research Center (IRRC/USP)					
Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre Ásia, Áfricas e as relações Sul-Sul	2012	Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira	Ciência Política	UFRJ	
O BRASIL E AS AMÉRICAS	2005	Marcos Aurelio Guedes de Oliveira	Ciência Política	UFPE	26
Oirã - Grupo de Pesquisa e Extensão em Cooperação Regional	2012	Letícia Albuquerque	Ciência Política	UFSC	25
Participação, Confiança e Democracia na América Latina	2013	Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles	Ciência Política	UCP (Universidade Católica de Petrópolis)	3
Partidos, Comportamento Eleitoral e Estudos Políticos Comparados	1995	Andre Luiz Marenco dos Santos / Maria Izabel Saraiva Noll	Ciência Política	UFRGS	8
Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey)	2007	Daniel Jaime Capistrano de Oliveira / Henrique Carlos de Oliveira de Castro	Ciência Política	UFRGS / Departamento de Ciências Económicas	39
Política Internacional e Processos de Integração	2010	Israel Roberto Barnabé	Ciência Política	UFS	16
Políticas e Estratégias de Segurança Regional	2010	Rafael Antonio Duarte Villa	Ciência Política	USP / Instituto de Relações Internacionais	6
Políticas Sociais na América Latina	2010	Cristiane Kerches da Silva Leite / Ursula Dias Peres	Ciência Política	USP / Escola de Artes, Ciências e Humanidades	20
Pós-colonialidade e Integração Latino-Americana	2012	Jayme Benvenuto Lima Junior	Ciência Política	UNILA	29
Processos Políticos e Políticas Públicas na América Latina	2011	Marcos Antonio da Silva / Guillermo Alfredo Johnson	Ciência Política	UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados	20
Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo Contemporâneo	2013	Vitor Stuart Gabriel de Pieri / Charles Pereira Pennaforte	Ciência Política	Universidade Paulista - UNIP	10
Cultura e Identidade nas Relações Internacionais	2009	Silvia Garcia Nogueira Filipe Reis Melo	Antropologia	Universidade Estadual da Paraíba / UEPB	9
Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade	2007	João Tadeu de Andrade / Jouberth Max Maranhão Piorsky Aires	Antropologia	Universidade Estadual do Ceará / UECE	19
Justiça e Direitos Humanos na América Latina	2009	Simone Rodrigues Pinto	Antropologia	Universidade de Brasília / UNB	12

Nação no Plural: Pensamento social e práticas culturais na América Latina	2012	Andrea Ciacchi / Senilde Alcântara Guanaes	Antropologia	Universidade Federal da Integração Latino-Americana / UNILA	10
Núcleo de Antropologia da Imagem e História Visual (NAHV)	2009	Helyom Rogerio Reis Viana da Silva Teles	Antropologia	Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia / IMES	25
Núcleo de Estudos Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e Caribe (MUSA)	1990	Rafael José de Menezes Bastos / María Eugenia Domínguez	Antropologia	Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC	28
Núcleo de Estudos de Diplomacia Responsável	2006	Renata de Melo Rosa	Antropologia	Centro Universitário de Brasília / UniCEUB	17
A Mulher Cidadã na América Latina	1992	Regina Coeli Vieira da Silveira e Silva	Sociologia	Universidade Salgado de Oliveira / UNIVERSO	18
América Latina e Marx: Movimentos Sociais, Partidos, Estado e Cultura	2008	Luiz Fernando da Silva / Roberto della Santa Barros	Sociologia	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / UNESP	4
Desigualdade social e pobreza na América Latina e no Leste Asiático	2007	Sedi Hirano	Sociologia	Universidade de São Paulo / USP	4
Epistemologias Fronteiriças e Conexões Sul-Sul	2008	María Eloísa Martín / Alain Pascal Kaly	Sociologia	Universidade de Brasília - UNB	33
Estudos Políticos	2009	Edlaine de Campos Gomes	Sociologia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	43
Gênero e Sociedade	1997	Marlise Miriam de Matos Almeida /Neuma Figueiredo de Aguiar	Sociologia	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	22
Geopolítica Crítica e Sociologia do Desenvolvimento na América Latina	2013	Juan Agulló / Rodrigo Luiz Medeiros da Silva	Sociologia	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	3
Grupo de Pesquisa sobre Governo, Ética e Subjetividade (GES)	2012	Fabiana Augusta Alves Jardim / Osvaldo Javier López-Ruiz	Sociologia	Universidade de São Paulo - USP	9

Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPM)	2010	Bruno José Rodrigues Durães / Francisco Henrique da Costa Rozendo	Sociologia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	21
Grupo de Estudos Ruy Mauro Marini (GERMMARINI)	2013	Geraldo Augusto Pinto / Lafaiete Santos Neves	Sociologia	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	14
Idéias e Movimentos Sociais no Brasil e América Latina	2001	Marco Antonio Villa	Sociologia	Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	7
Migração e Relações Interculturais	1991	Zeila de Brito Fabri Demartini / Célia Regina Pereira de Toledo Lucena	Sociologia	Centro de Estudos Rurais e Urbanos - CERU	15
Militancia joven en América Latina	2013	Victoria Inés Darling	Sociologia	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	3
Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina	2005	José Maurício Castro Domingues da Silva / Breno Marques Bringel	Sociologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	42
Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento (NEPALM)	2013	Lisandro Rodrigues de Almeida Braga	Sociologia	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	11
Núcleo de Estudos Fronteiriços	2007	José Lindomar Coelho Albuquerque / Valeria Mendonça de Macedo	Sociologia	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	14
Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELAM)	1995	Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley	Sociologia	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP	2
Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET)	2002	Adalberto Moreira Cardoso	Sociologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	21
Núcleo sobre Epistemologias do Sul Global	2012	Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque / Josimar Jorge Ventura de Morais	Sociologia	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	28
Pensamento Social Latino-Americano	2010	Sergio Barreira de Faria Tavolaro / Mariza Veloso Motta Santos	Sociologia	Universidade de Brasília - UNB	7

Processos Político Sociais e Exclusão	2007	Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi / Mauro de Mello Leonel Júnior	Sociologia	Universidade de São Paulo - USP	37
Rede Logolink América Latina	2001	Ruth Simão Paulino / José Carlos Vaz	Sociologia	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - POLIS	2
Rede Luso Brasileira de pesquisa em artes e intervenções urbanas	2013	Glória Maria dos Santos Diógenes / Ricardo Marnoto de Oliveira Campos	Sociologia	Universidade Federal do Ceará - UFC	16
Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina (RUPAL)	2000	Fernando José Pires de Sousa / Adelita Neto Carleial	Sociologia	Universidade Federal do Ceará - UFC	12
Religião e Periferia Urbana na América Latina (REPAL)	2006	Dario Paulo Barrera Rivera	Sociologia	Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	8
Sociedade Brasileira Contemporânea: cultura, democracia e pensamento social	2006	Eliane Veras Soares / Remo Mutzenberg	Sociologia	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	38
Trabalho e Desigualdades: teorias e conceitos	2003	Antonio David Cattani	Sociologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	8

7. Apêndice

Desde 2011, conforme se consolidou a transição do IESP para a UERJ, o NETSAL adquiriu um novo impulso para suas atividades de pesquisa e extensão, a partir de uma reorganização de seu funcionamento interno, novos canais de comunicação social e espaços regulares para o debate intelectual. Além da excelência do debate, nosso propósito foi assegurar maior continuidade nas publicações, nos encontros e nos seminários, articulando com mais coerência as diversas ações do grupo. Esse renovado engajamento se funda no compromisso de consolidar o NETSAL como ponto de referência no debate nacional e internacional sobre ações coletivas, teoria social e estudos latino-americanos. Nesse breve apêndice, sistematizamos os principais eixos de atuação do NETSAL nos últimos quatro anos, com o intuito de elaborar a memória de nosso trabalho e instigar a curiosidade de conhecê-lo.

Comunicação:

Para dinamizar a comunicação social do NETSAL, trabalhamos em uma série de ferramentas digitais. Como meio principal, contamos com um *site* reformulado e atualizado, já hospedado no domínio do IESP/UERJ (www.netsal.iesp.uerj.br). No mesmo âmbito, criamos um endereço de correio eletrônico institucional (netsal@iesp.uerj.br) para uma comunicação individualizada, bem como para a divulgação de eventos e publicações recentes. O NETSAL dispõe também de uma página no Facebook (NETSAL/153786058080461) e na Academia.edu (uerj.academia.edu/NETSAL).

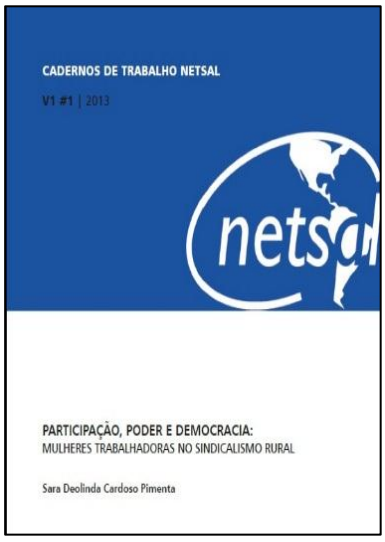
Cadernos de trabalho:

Os Cadernos de Trabalho (ISSN: 2317-9104) são uma publicação seriada iniciada em 2013, aberta a estudos monográficos teóricos e/ou empíricos com temática afim às áreas de pesquisa do NETSAL. Operando em fluxo contínuo, os trabalhos podem ser submetidos por quaisquer pesquisadores, individual ou coletivamente, em inglês, espanhol e português. O detalhamento das normas de submissão encontra-se na contracapa da publicação e quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas pelos editores. Disponíveis em livre acesso no site do NETSAL, os Cadernos de Trabalho já publicados são os seguintes:

– "Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural", de Sara Deolinda Cardoso Pimenta (**Vol. 1, n. 1, 2013**);

– "Imaginário e política na modernidade: a trajetória do peronismo", de José Maurício Domingues (**Vol. 1, n. 2, 2013**);

– "As tradições das refundações: uma análise dos discursos refundadores da Venezuela, Bolívia e Equador (e o que eles têm a ver com democracia)", de Fabrício Pereira da Silva (**Vol. 1, n. 3, 2013**);

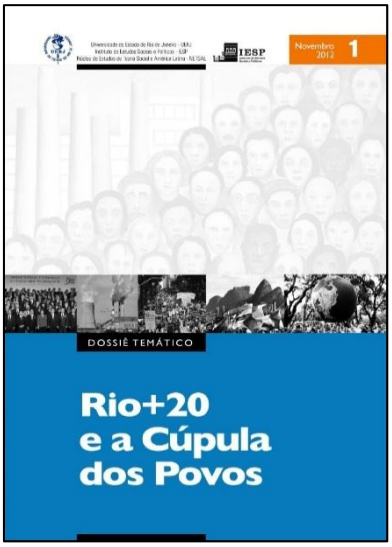


– "Fronteiras turvas: sociedade e Estado no trópico de Cochabamba, Bolívia", de Alice Soares Guimarães (**Vol. 2, n. 1, 2014**);

– "Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, ejes de conflicto y relaciones", de Breno Bringel e Alfredo Falero (no prelo).

Dossiês temáticos:

Os Dossiês Temáticos foram idealizados como instrumento de apoio à pesquisa



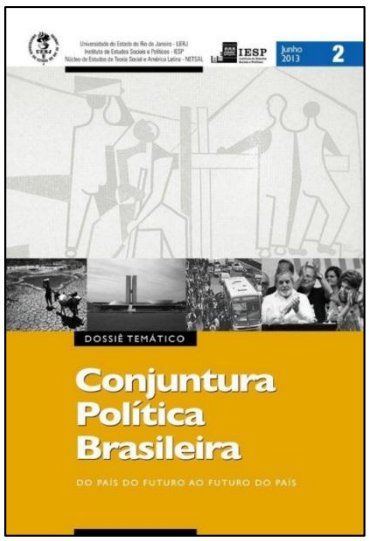
acadêmica e ao debate público, selecionando e compilando fontes primárias e secundárias relevantes sobre um tópico específico. Iniciada em 2012, essa publicação serve também como condensação periódica das discussões substantivas levadas a cabo pelos pesquisadores do NETSAL em nossas reuniões e seminários, como explicitado na Apresentação deste documento. Nesse sentido, os Dossiês Temáticos funcionam como um indicador do nosso percurso coletivo nas diferentes agendas de pesquisa em que transitamos. Assim como os Cadernos de trabalho, todos os Dossiês Temáticos encontram-se em livre acesso no site do NETSAL e estão listados abaixo:

– Nº1: "**Rio +20 e a Cúpula dos Povos**" (novembro/2012)

– Nº2: "**Conjuntura política brasileira**" (junho/2013)

– Nº3: "**As jornadas de junho em perspectiva global**" (dezembro/2013)

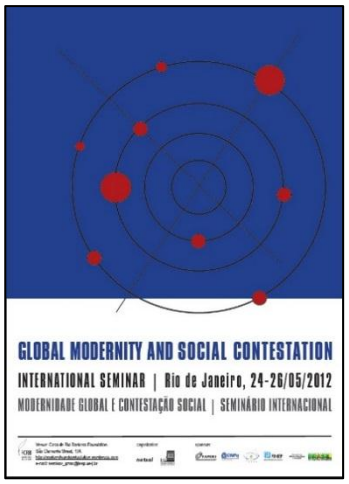
– Nº4: "**Sociologia latino-americana**" (dezembro/2014)



Eventos:

Como parte da retomada de nossas atividades, o NETSAL engajou-se na organização de seminários nacionais e internacionais para de fortalecer o diálogo com colegas de outras instituições, militantes de movimentos sociais, intelectuais e organizações não-governamentais. Além de dinamizar essas parcerias, os eventos recentes têm sido pensados como momento de convergência dos debates já em andamento, a fim de estimular sinergias entre as atividades e as publicações do núcleo em cada ano. Os principais seminários organizados pelo NETSAL nos últimos anos foram os seguintes:

– "**Modernidade Global e Movimentos Sociais**" (Maio/2012)



Sediado na Casa Rui Barbosa, o evento teve como eixo temático a discussão das interações entre teoria crítica e as contestações sociais, contando com a participação de especialistas provenientes da Índia, China, Austrália, África do Sul, Moçambique, Egito, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Bolívia, Argentina, além do Brasil.

– "**Brasil: do País do Futuro ao Futuro do País**" (Abril/2013)

Em um ano dedicado ao balanço dos dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores, o NETSAL organizou uma sequência de debates no IESP, combinando a participação de pesquisadores da própria instituição com convidados externos. Além do seminário e das discussões internas, esse balanço resultou na publicação de dois dossiês temáticos, um especificamente sobre conjuntura política brasileira e outro sobre as jornadas de junho.

– "**Reconfigurações Geopolíticas e Crise Global: diálogos Europa – América Latina**" (Abril/2014)

O seminário completou um projeto conjunto do IESP com a Universidade Complutense de Madri (UCM), por meio do qual se havia realizado um evento nos mesmos moldes em dezembro de 2013, na Espanha. A ocasião convergiu pesquisadores espanhóis e brasileiros em torno de problemas de política mundial, a crise econômica atual e os cenários de futuro para os dois continentes.

– "**Diálogos Movimentos Sociais e Universidades na América Latina**" (Maio/2014)

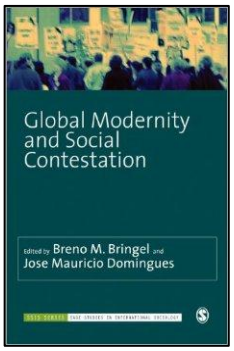
Sediado no IFCS/UFRJ, o evento foi um espaço de articulação e debate para os militantes e pesquisadores interessados em discutir os limites e as possibilidades da pesquisa militante realizada na atualidade, bem como das experiências de cooperativismo acadêmico-militante e de extensão crítica. Contou com a participação de convidados de diversos países latino-americanos, em distintas posições na relação entre movimentos sociais e universidade.

– "**BRICS: Novas Configurações do Poder Global?**" (Novembro/2014)

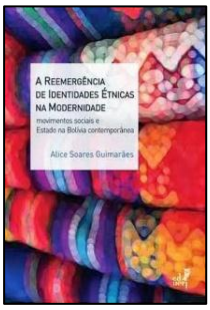
Sediado no Museu da República, o seminário resultou de uma parceria do NETSAL com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) para pensar a posição e os desafios dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no mundo contemporâneo, com especialistas dessas e de outras nacionalidades. Os temas principais de discussão foram os padrões de acumulação na semi-periferia, as emergentes coalizões sul-sul e o cenário político mundial no século XXI.

Livros:

Por fim, destacamos as publicações recentes na forma de livro, que têm servido como veículo de divulgação das pesquisas mais robustas desenvolvidas pelo núcleo, em seus três temas axiais de atuação. Para completar essa breve memória das nossas atividades, listamos abaixo os principais livros recentemente publicados por pesquisadores do NETSAL:

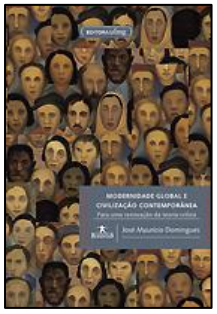


BRINGEL, Breno & DOMINGUES, José Maurício (org.) *Global modernity and social contestation*. Londres/Nova Delhi: SAGE Publishers, 2015.



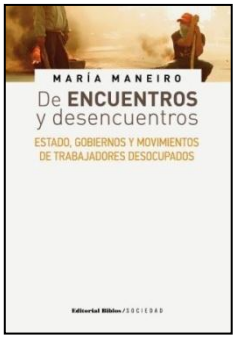
GUIMARÃES, Alice Soares. *Reemergência de identidades étnicas na modernidade*: movimentos sociais e estado na Bolívia contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014
Prêmio de Melhor Tese do IESP/UERJ em 2011, concedido em 2012.

BRINGEL, Breno & GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
Recebeu em 2014 sua **2ª Edição**.

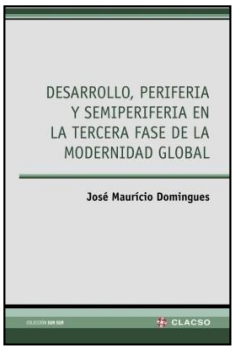


DOMINGUES, José Maurício. *Modernidade global e civilização contemporânea*: para uma renovação da teoria crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
Menção Honrosa no Concurso de Melhor Obra Científica, ANPOCS, 2014.

DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o presente e o futuro*: conjuntura atual e inserção internacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.



MANEIRO, María. *De encuentros y desencuentros*: estado, gobierno y movimientos de trabajadores desocupados. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2012.



DOMINGUES, José Maurício. *Desarrollo, periferia y semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
Versão integral disponível no site do NETSAL.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Vitórias na crise*: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.